



POLÍCIA CIENTÍFICA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua dos Campos, s/n - Bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP 59072-103
Telefone: e Fax: @fax_unidade@

EDITAL Nº 01/2026 V MONIT./2026

Processo nº 03910147.000964/2025-21

Processo Administrativo nº 03910147.000964/2025-21

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

SIASG net: 90000/2026

CONTRATANTE 925544: Instituto Técnico-Científico de Perícia-ITEP/RN (Polícia Científica do RN - CI/RN).

EDITAL 01/2026

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de videomonitoramento para suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, por meio de Processo Licitatório, com fulcro na Lei nº 14.133/21, conforme termos e condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 15/06/2026 às 8h30min (horário de Brasília)

LOCAL: compras.gov.br

Critério de Julgamento: Menor preço por grupo

Modo de disputa: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM.

EDITAL DE LICITAÇÃO

SUMÁRIO

01	DO OBJETO	02
02	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	04
03	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	05
04	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	06
05	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	07
06	DA FASE DE JULGAMENTO	08
07	DA FASE DE HABILITAÇÃO	09
08	DO TERMO DE CONTRATO	10
09	DA GARANTIDA DA CONTRATUALÇÃO	11
10	DO REAJUSTE	11
11	DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO	11

12	DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO	13
13	DO PAGAMENTO	14
14	DOS RECURSOS	15
15	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
16	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
17	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17

PROCESSO Nº 03910147.000964/2025-21

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - SIASG net: 90000/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a POLÍCIA CIENTÍFICA DO RIO GRANDE DO NORTE-PCI/RN, por meio do Setor de Licitações - SELIC, sediado(a) Rua dos Campos 293, Felipe Camarão, Natal/RN, CEP 59072-103, realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, na forma de procedimentos descritos neste edital e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência anexo deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de videomonitoramento para suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, por meio de Processo Licitatório, com fulcro na Lei nº 14.133/21, conforme termos e condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

1.2. Conforme apresentado no item 5 do Estudo Técnico Preliminar, ID nº 41281470, com justificativa para o parcelamento ou não da solução, disposta no item 9 do mesmo ETP, a licitação será realizada em dois grupos, sendo o grupo 01 formado por 04 (quatro) itens, e o grupo 02 formado por 06 (seis) itens, de acordo com as especificações constantes do subitem 6.13 do Termo de Referência, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo de seu interesse.

Grupo 01

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
01	FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA	<p>Deve ser <i>smart</i>; Deve acompanhar, caso necessário, dispositivo de automação compatível com a mesma. Por exemplo, hub para configuração e conexão wifi da fechadura; Com possibilidade de gerenciamento de usuário via software ou app remotamente; Com acesso a relatórios de acesso via software ou app remotamente;</p> <p>Com maçaneta ajustável para abrir para direita ou esquerda; Possibilidade de abertura por senha; Possibilidade de abertura por software ou app remotamente;</p> <p>Possibilidade de abertura por digital para até 100 usuários; Possibilidade de abertura por tags de aproximação para até 100 tags; Com, pelo menos, 2 chaves mecânicas de abertura, para casos de emergência; Possibilidade de abertura com bateria de 9V em caso de esgotamento das pilhas internas; Compatível com portas de 30 a 60mm de espessura; Pelo menos, 2 anos de garantia.</p> <p>Marca INTELBRAS</p>	18319	Unidade	15
	GRAVADOR(NVR) 16 CANAIS POE	<p>Suporte para câmeras IP PoE; Suporte para 16 canais de câmeras IP (Portas PoE);</p> <p>Com 16 portas POE; Gravador digital de imagem; Interface de rede Gigabit Ethernet; Reconhecimento automático das câmeras IPs com protocolo compatível com sistemas nacionais e Onvif; Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif; Suporte a câmeras de outras marcas e</p>			

02	COM 2 HDs 8 TB CADA	Onvif; Saídas de vídeo 1 HDMI e/ou 1 VGA; Quantidade de canais exibidos na tela 1, 4, 8, 9, 16; Controle de contas de usuário com permissões de acesso ao sistema; Sistema de compressão dos arquivos H.265/H.264/MJPEG; Capacidade de armazenamento de 16TB ou superior; Vir com 2 HDs 8TB ou superior; Ventilação interna; Marca INTELBRAS.	1307	Unidade	1
03	CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD	Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif; Compatível com protocolos HDCVI, AHD-H, HDTV e analógico; Alimentação P4 fêmea(12V); CMOS com varredura progressiva; Obturador eletrônico automático; Monitoramento remoto simultâneo; Vídeo com resolução FULL HD (1080p); Compressão de vídeo H.265/H.264/H.264B/H.264H/MJPEG; Taxa de frames 1 a 30 FPS; Ângulo de abertura vertical maior ou igual a 50°; Ângulo de abertura horizontal maior ou igual a 90°; Proteção ip67; Alcance IR 30 metros; Para uso interno e externo; Marca INTELBRAS.	13849	Unidade	14
04	CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD	Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif; Alimentação PoE (Power over Ethernet); Alimentação P4 fêmea (12V); CMOS com varredura progressiva; Obturador eletrônico Automático; Monitoramento remoto simultâneo; Vídeo com resolução mínima de 2 megapixel (1920 × 1080)/16:9 D1 (704 × 480)/22:15 CIF (352 × 240)/22:15; Compressão de vídeo H.265/H.264/H.264B/H.264H/MJPEG ou superior; Taxa de frames 1 a 30 FPS; Interface RJ45 10M/100M; Ângulo de abertura horizontal maior ou igual a 85°; Alcance IR 20 metros; Marca INTELBRAS.	14697	Unidade	20
Grupo 02					
05	DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV	Deve ter capacidade de 12 TB de armazenamento; Deve ser do tipo <i>HD WD Purple(compatível com sistemas CFTV)</i> . Com interface SATA de 6 Gb/s; Tamanho de 3,5 polegadas; Pelo menos, 3 anos de garantia; Compatível com RoHS(Restrição de Substâncias Perigosas); Com desempenho de 7200 RPM.	17653	Unidade	4
06	DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV	Deve ter capacidade de 8 TB de armazenamento; Deve ser do tipo <i>HD WD Purple(compatível com sistemas CFTV)</i> ; Com interface SATA de 6 Gb/s; Tamanho de 3,5 polegadas; Pelo menos, 3 anos de garantia; Compatível com RoHS (Restrição de Substâncias Perigosas); Com desempenho de 7200 RPM.	17653	Unidade	2
07	FONTE COLMEIA 10A 12V	Com filtro antiruído; Para até 32 câmeras; Com tensão de saída ajustável automaticamente; Para consumo de até 10A; Para uso em 12V; Com 2 anos de garantia.	7719	Unidade	2
08	CAIXA(300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV	Cabo de rede Cat.5e.	208	Unidade	3
		Conector RJ45;			

09	CONECTOR RJ45	Marca INTELBRAS.	15560	Unidade	50
10	CONECTOR BALUM PASSIVO	Com engate de pressão; Com transmissão BNC macho; Para cabos cat 5 ou superior; Compatível com vídeo analógico tradicionais, HD, FULL HD, 4MP e 4K; Marca INTELBRAS.	18552	Unidade	27

1.3. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DE ABERTURA DA LICITAÇÃO:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 01/06/2026 às 8h - horário de Brasília.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15/06/2026 às 8h30min - horário de Brasília.

OBS: O ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DELAS SERÁ AUTOMATIZADO, NO SISTEMA.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

1.4. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente e a moção será realizada no sistema (configurar sessão) a menos que haja nova comunicação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame as empresas acudidas pela Lei Complementar nº 675, de 6 de novembro de 2020, do Rio Grande do Norte, Lei federal nº 123/2006, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). Os interessados deverão atender a todas as condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Empresas não acudidas pela Lei Complementar nº 675, de 6 de novembro de 2020, do Rio Grande do Norte e Lei federal nº 123/2006;

2.6.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.3. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da

personalidade jurídica do licitante.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.9. A vedação de que trata o item 2.7.9. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. **Da participação de empresas reunidas em consórcio;**

2.10.1. Quanto a não possibilidade de participação disposta no subitem 2.6, não consta vedação de participação de empresas reunidas em consórcio, como também, no termo de Referência. O fundamento para tal decisão tem amparo no art. 15, caput da lei nº 14.133/2021 “Art. 15. **Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio**, observadas as seguintes normas: [...]”.

2.10.2. Desta feita, a lei estabelece no caput de seu art. 15 que a participação de consórcio é, a princípio e como regra, admitida, exceção sendo feita em caso de vedação justificada. Não existe vedação.

2.10.3. Do exposto percebe-se que a Lei 14.133/2021 consagra, como regra geral, a admissibilidade da participação de consórcios. Mas admite que, no caso concreto, seja afastada essa solução. Logo, o edital atende à regra expressa na lei.

3. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

3.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

3.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

3.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

3.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

3.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização

ou de previdência complementar;

3.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

3.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

3.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item do grupo expresso em Reais (R\$)

4.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.4.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a

adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser da seguinte forma: Para itens de valor médio unitário até trinta reais será de R\$ 0,05(cinco centavos), para os demais, R\$ 5,00 (cinco reais).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 5.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .
 - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
 - 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
 - 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.19.2.2. empresas brasileiras;
- 5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.21.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.21.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 6.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50%

(cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexecução, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.9.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Em caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada por qualquer procedimento legal.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaís quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da

habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação o pregoeiro, com sua equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

8.2. O adjudicatário terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

8.5. Os prazos dos itens 8.2. e 8.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. Conforme cláusula segunda da minuta do termo de contrato o prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato**, com eficácia a após a publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico do órgão contratante, conforme disposições do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023.

8.7. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas na minuta de termo de contrato e no Termo de referência.

8.8. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos

não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.8.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, ressalvadas disposições legais, cabíveis, no sentido de saneamento da situação fatídica.

9. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1. Conforme disposto no item 07 do Termo de Referência não será exigida garantia de execução contratual, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega única e baixo risco de inadimplemento, sendo suficientes as garantias legais e contratuais previstas naquele documento, minuta do contrato e na legislação aplicável.

10. DO REAJUSTE

10.1. Na conformidade em que dispõe a cláusula 7ª da minuta do contrato, anexo deste edital, Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contados da data do **orçamento estimado (id. 40044877)**, qual seja a data em que os dados de pesquisa de preço foram juntados aos autos do processo de contratação, conforme art. 25, §7º, da Lei 14.133/21 e Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudências do TCU.

10.2. Após o interregno de um ano, **mediante a solicitação prévia do contratado**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme disposto no item 12 do Termo de Referência, anexo de edital.

10.2.1. A escolha do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de reajuste para o contrato fundamenta-se nos Arts. 6º, LVIII e 92, V, da Lei nº 14.133/2021, que assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. O IPCA reflete de forma ampla e confiável a variação de preços ao consumidor em âmbito nacional, sendo adequado para acompanhar as oscilações de custo do mercado de pneus, cuja cadeia de fornecimento está diretamente vinculada ao consumo. Além disso, a utilização do IPCA observa os princípios da economicidade e da razoabilidade, garantindo uma atualização justa e transparente dos valores contratuais.

10.3. **Caso o contratado não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ou ainda, seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato sem qualquer ressalva quanto à ulterior análise pela Administração do reajuste, ocorrerá a preclusão do direito, conforme [Parecer nº 3/2023/DECOR/CGU/AGU](#).**

10.4. **Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento quando este for requerido após a extinção do contrato.**

10.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.10. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme art. 136, I, da Lei 14.133/21.

10.11. .

10.12. O contrato, anexo deste edital, disciplinará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação ao reequilíbrio econômico e a correção monetária.

11. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

11.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

11.3. Compete ao fiscal técnico:

11.3.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

11.3.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.3.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

11.3.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

11.3.5. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

a) **O servidor Izaías Remailles Silva de Paula, matrícula nº 223.350-9, será designado como Fiscal Técnico do Contrato..**

11.4. **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

11.5. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos da execução contratual.

11.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.5.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

11.6. **GESTOR DO CONTRATO**

11.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações contratuais para atendimento à finalidade da Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

11.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e das medidas adotadas, informando, quando necessário, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II).

11.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho da despesa e pagamento, registrando eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório de riscos. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).

11.6.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual, com base em indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

11.6.5. O gestor do contrato adotará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização visando à aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).

11.6.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação, bem como eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

11.6.7. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão contratual, nos termos do contrato.

a) A Servidora **Ana Patrícia Tavares Moreira, Mat.: 102.501-5**, será designada como gestora de contrato.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

11.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante

11.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

11.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

11.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

11.12. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.13. Após a assinatura do contrato, emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.14. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.15. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III)

11.16. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II)..

12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Condições de fornecimento

12.1.1. A execução do objeto dar-se-á por meio do fornecimento e entrega dos equipamentos de videomonitoramento, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, anexo deste edital.

12.1.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em suas embalagens originais e acompanhados de todos os manuais, cabos, acessórios e componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

12.1.3. A contratada será responsável pelo transporte, entrega, descarregamento e disponibilização dos equipamentos, bem como por todos os custos decorrentes dessas atividades.

12.2. Prazo de entrega

12.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

12.2.2. A entrega deverá ocorrer em sua totalidade, salvo se houver justificativa aceita pela Administração para entrega parcial.

12.3. Local e horário de entrega

12.3.1. Os equipamentos deverão ser entregues em um dos seguintes endereços, a critério da Administração:

- Nova sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte - Rua dos Campos nº 293, bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP: 59.072-103; ou
- Antiga sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte - Av. Duque de Caxias, nº 97, bairro Ribeira, Natal/RN, CEP: 59.010-200.

12.3.2. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h, salvo ajuste prévio com a Administração.

12.4. Condições de entrega

12.4.1. No ato da entrega, os equipamentos serão conferidos pelos fiscais do contrato, para verificação da conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência.

12.4.2. Caso seja constatada qualquer das seguintes situações, os equipamentos poderão ser recusados pela Administração:

- divergência em relação às especificações técnicas;
- avarias ou danos decorrentes de transporte;
- defeitos de fabricação;
- entrega de equipamentos usados, recondicionados ou fora da embalagem original.

12.4.3. Nessas hipóteses, a contratada deverá realizar a substituição do item no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração

DO RECEBIMENTO

12.5. O recebimento do objeto ocorrerá na forma prevista nos arts. 140 e 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.6. O objeto será recebido:

I - provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada.

II - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.7. Antes da realização do recebimento definitivo, a Administração poderá realizar testes de funcionamento nos equipamentos entregues, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

12.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade pela perfeita execução do contrato.

12.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.13. A comprovação do recebimento definitivo supre a inexistência do recebimento provisório.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30C (trinta) dias, por meio de ordem bancária, após o recebimento das notas fiscais pelo setor financeiro da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, a contar da certificação de que o bem foi aceito, **salvo por atraso na liberação de recursos financeiros**.

13.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - O prazo de validade;
- II - Data da emissão;
- III - Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - O período respectivo de execução do contrato;
- V - O valor a pagar; e
- VI - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. Nota fiscal eletrônica contendo a descrição dos produtos, quantidades, documentos de embarque, quando for o caso, preços unitários e o valor total, que deverá ser emitida em nome da Polícia Científica do RN, devendo constar, ainda, se houver, número de documento equivalente a contrato, e ser devidamente aceita e atestada pelo CONTRATANTE.

13.6. Nota fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail: financeiroitep@gmail.com, ou entregue junto com o produto no local estabelecido neste instrumento.

13.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

13.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

FORMA DE PAGAMENTO

13.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.13.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.14. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.15. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento dos bens..

13.16. Em caso de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa da administração, os valores devidos ao contratado deverão ser atualizados monetariamente aplicando-se, para isso, o índice IGP-M, conforme regras dispostas no subitem 10.21 do Termo de Referência, anexo deste Edital.

13.17. A escolha pelo IGP-M é devido esse índice ser utilizado para medir a inflação. Neste índice são medidas as variações de toda a cadeia produtiva. É afetado pelos preços do atacado que impactam as indústrias, como também é impactado pela variação do dólar. Ou seja, para o IGP-M, vale a flutuação de preço em todas as etapas de um produto, da fabricação até a venda. Logo, pode ser aplicada para a correção monetária, que, inclusive, tem previsão legal no art. 28 da Lei 9.069/95, que trata do plano real.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 20 (minutos) minutos.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço: Rua dos Campos nº 293, bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP: 59.072-103. De outra forma, atender-se-á o disposto na Lei Federal nº 12.527/2011, Lei Estadual nº 9963/2015 e no decreto nº 25399, de 31 de Julho de 2015.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra, caso seja solicitada;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. fraudar a licitação;

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 2% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 15.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

15.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado, no que puder, em campo próprio do sistema e/ou em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail: cpl@pci.rn.gov.br, próprio sistema.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. **As empresas devem observar as descrições dos itens no Termo de referência, logo, qualquer divergência de nomenclatura entre itens registrados no sistema, prevalecerá a descrição do Termo de Referência, anexo deste edital, observado a razoabilidade e o bom senso.**

17.2. Se possível, será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico, se não, o documento será o Termo de Julgamento e Habilitação.

17.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sistema compras.gov.br e nos endereços eletrônicos: www.rn.gov.br e <http://pci.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=6858&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Instituto>.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.12. ANEXO I - Termo de Referência (41206568);

17.13. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar (41281470);

17.14. ANEXO II - Minuta do Contrato (40243728).

Natal, 15 de maio de 2026

Adriano Fernandes dos Santos

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO FERNANDES DOS SANTOS, Presidente da Comissão Permanente Licitação**, em 29/05/2026, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41718650** e o código CRC **5092D995**.

4 - Câmera Vídeo

Descrição Detalhada: Câmera Vídeo Tipo: Digital, Resolução: 1440p(30fps)/1296p(30fps)/1920x1080p(30fps)/1280x72, Resolução Horizontal: Grande Angular 140 Graus(Diagonal), Capacidade Memória: 32GB, Dimensões Aproximadas: 83 X 55 X 30MM, Material: Abs, Tensão Nominal: 12V

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 12.307,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 5,00

Local de Entrega (Quantidade): Natal/RN (20)

Grupo: G1

5 - Disco Rígido Removível

Descrição Detalhada: Disco Rígido Removível Capacidade Memória: 16TB., Velocidade Transferência: 4.8GB/S, Compatibilidade: Linux, Mac, Windows, Interface: Usb 3.0, Aplicação: Armazenamento De Dados, Características Adicionais: Externo, Plataforma: Pc E Mac, Velocidade: 7.200RPM

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 4

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 12.119,99

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 5,00

Local de Entrega (Quantidade): Natal/RN (4)

Grupo: G2

6 - Disco Rígido Removível

Descrição Detalhada: Disco Rígido Removível Capacidade Memória: 16TB., Velocidade Transferência: 4.8GB/S, Compatibilidade: Linux, Mac, Windows, Interface: Usb 3.0, Aplicação: Armazenamento De Dados, Características Adicionais: Externo, Plataforma: Pc E Mac, Velocidade: 7.200RPM

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 5.328,40

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 5,00

Local de Entrega (Quantidade): Natal/RN (2)

Grupo: G2

7 - Fonte Alimentação

Descrição Detalhada: Fonte Alimentação Tipo: Atx V2.2, Compatibilidade: Padrão Atx, Tensão Alimentação: 115/230V, Tensão Saída: 12V, Corrente Saída: 14A, Acessórios: Conector Sata Dc 12v;1 Cabo Energia Certificado In, Características Adicionais: Baixo Ruído Acústico; Filtro P/Emi Interno Impedind

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 194,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 5,00

Local de Entrega (Quantidade): Natal/RN (2)

Grupo: G2

8 - Cabo Rede Computador

Descrição Detalhada: Cabo Rede Computador Material Revestimento: Pvc - Cloreto De Polivinila Anti-Chama, Material Condutor: Cobre, Bitola Condutor: 24AWG, Tipo Cabo: Utp 4 Pares Padrão Tia 568a, Cor: Azul, Características Adicionais: Cabo Montado(Patch Cord) Com Conectores Rj-45 Em Am, Categoria: 5e, Aplicação: Conexão De Rede, Comprimento: 5M

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 3

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 2.697,97

Unidade de Fornecimento: Caixa 300,00 M

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 5,00

Local de Entrega (Quantidade): Natal/RN (3)

Grupo: G2

9 - Conector

Descrição Detalhada: Conector Material: Termoplástico, Tipo: Conector Rj45 Macho Cat 5e, Aplicação: Cabo Trançado, Categoria: 5e

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 94,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,05

Local de Entrega (Quantidade): Natal/RN (50)

Grupo: G2

10 - Conector Elétrico

Descrição Detalhada: Conector Elétrico Tipo: Emenda "Bnc", Aplicação: Instalações Prediais

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 27

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 792,90

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): 0,05

Local de Entrega (Quantidade): Natal/RN (27)

Grupo: G2

2 - Composição dos Grupos

Grupo 1 - Tipo I

Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
1	Fechadura Biometrica	15	Unidade
2	Gravador/Reprodutor	1	Unidade
3	Câmera Vídeo De Segurança	14	Unidade
4	Câmera Vídeo	20	Unidade

Grupo 2 - Tipo I

Nº do Item	Descrição	Quantidade Total	Unidade de Fornecimento
5	Disco Rígido Removível	4	Unidade
6	Disco Rígido Removível	2	Unidade
7	Fonte Alimentação	2	Unidade
8	Cabo Rede Computador	3	Caixa 300,00 M
9	Conector	50	Unidade
10	Conector Elétrico	27	Unidade



POLÍCIA CIENTÍFICA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua dos Campos, s/n - Bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP 59072-103
Telefone: e Fax: @fax_unidade@

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 03910147.000964/2025-21

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a **contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de videomonitoramento** para suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, com fulcro na Lei nº 14.133/21, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE
01	FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA	18319	Unidade	15
02	GRAVADOR(NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA	1307	Unidade	1
03	CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD	13849	Unidade	14
04	CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD	14697	Unidade	20
05	DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV	17653	Unidade	4
06	DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV	17653	Unidade	2
07	FONTE COLMEIA 10A 12V	7719	Unidade	2
08	CAIXA(300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV	208	Unidade	3
09	CONECTOR RJ45	15560	Unidade	50
10	CONECTOR BALUM PASSIVO	18552	Unidade	27

1.2. Em divergência entre o CATMAT e a ESPECIFICAÇÃO do objeto, **prevalece a ESPECIFICAÇÃO do Termo de Referência.**

1.3. Os equipamentos poderão ser entregues nos seguintes endereços, a critério da Administração:

1.4. **Atual sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte: Rua dos Campos, nº 293, bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP 59.072-103, no horário das 08h00 às 12h00; ou**

1.4.1. **Antiga sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte: Av. Duque de Caxias, nº 97, bairro Ribeira, Natal/RN, CEP: 59.010-200, no horário das 08h00 às 12h00.**

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023, que dispõe sobre a classificação de bens de consumo no âmbito da Administração Pública Estadual.

1.6. O objeto da presente contratação enquadra-se como bem comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade dos equipamentos podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, possibilitando a comparação direta entre as propostas apresentadas pelos licitantes, conforme a Orientação Normativa AGU nº 54.

1.7. **O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação, objeto deste Termo de Referência, está fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 32.499/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte.

2.2. Esta contratação será realizada através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tendo em vista que o objeto se enquadra como bem comum, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR GRUPO.**

2.3. A presente contratação tem por objetivo fortalecer a infraestrutura de controle de acesso e

videomonitoramento institucional, visando ampliar a segurança patrimonial, a proteção de ambientes sensíveis e o adequado monitoramento das instalações do órgão. A contratação visa também atender ao interesse público na preservação da segurança institucional.

2.4. No que se refere ao controle de acesso, a aquisição de fechaduras digitais smart de embutir com maçaneta permitirá restringir o acesso a ambientes específicos exclusivamente a pessoas autorizadas. Esses equipamentos serão utilizados nas unidades regionais e postos avançados do órgão, conforme demanda, especialmente em ambientes destinados à guarda de vestígios e materiais sensíveis, os quais exigem maior rigor de controle e rastreabilidade de acesso.

2.5. Dessa forma, os equipamentos contribuirão diretamente para o fortalecimento dos procedimentos institucionais relacionados à cadeia de custódia e segurança de evidências.

2.6. Quanto à infraestrutura de videomonitoramento, a contratação contempla equipamentos destinados tanto à expansão quanto à melhoria da capacidade de armazenamento do sistema existente. A aquisição de discos rígidos (HDs) de alta capacidade permitirá ampliar a capacidade de armazenamento das imagens captadas pelo sistema de CFTV. Tal ampliação permitirá que os gravadores mantenham registros de imagens por período superior ao atualmente disponível, garantindo maior tempo de retenção das gravações para fins de auditoria, investigação e segurança institucional.

2.7. Adicionalmente, a contratação inclui câmeras de videomonitoramento, gravador de imagens (NVR) e equipamentos de infraestrutura, tais como cabos de rede, conectores RJ45, baluns passivos e fontes de alimentação, que são essenciais para a instalação e funcionamento do sistema. Esses itens serão utilizados para ampliar a cobertura de monitoramento nas unidades do órgão, possibilitando a instalação de novos pontos de vigilância e a melhoria da qualidade das imagens captadas.

2.8. Destaca-se ainda que o gravador de imagens (NVR) será destinado ao novo posto avançado do órgão localizado no município de Parnamirim, unidade que se encontra atualmente em fase de construção, sendo necessária a implantação de um sistema próprio de videomonitoramento para garantir a segurança das instalações desde o início de sua operação.

2.9. Dessa forma, a contratação dos referidos equipamentos e itens permitirá ampliar a cobertura de vigilância, melhorar a capacidade de armazenamento das gravações e fortalecer o controle de acesso a ambientes sensíveis, contribuindo para a segurança institucional, a proteção do patrimônio público e a adequada gestão de evidências sob responsabilidade do órgão.

2.10. Considerando a necessidade de compatibilidade e padronização tecnológica com os sistemas de videomonitoramento já existentes na instituição, alguns equipamentos poderão adotar como referência a marca **Intelbras**, amplamente utilizada no órgão. A eventual indicação de marca tem por finalidade assegurar a interoperabilidade com os equipamentos já instalados, sendo admitido o fornecimento de **equipamentos equivalentes ou de qualidade superior**, desde que comprovadamente compatíveis com a infraestrutura existente, nos termos do art. 41 da **Lei nº 14.133/2021**, conforme Justificativa presente no id: 37026795.

2.11. A aquisição de equipamentos de videomonitoramento para suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão para o exercício de 2026.

2.12. A referida previsão pode ser confirmada por meio do link para o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP): <https://pncp.gov.br/app/pca/05067810000189/2026/1>:

CLASSE	ID
26	7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES
27	6760 - EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E ACESSÓRIOS
29	5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS

2.13. Essa previsão demonstra o alinhamento da presente contratação com o planejamento estratégico e as diretrizes de gestão do órgão, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma eficiente.

2.14. Com a finalidade de obter uma estimativa adequada das quantidades de equipamentos necessários, especialmente para atender às unidades regionais e postos avançados do órgão, considerando que a nova sede já possui contrato específico com objeto semelhante ao deste processo, foi instaurado o processo relacionado nº 039100139.000015/2025-21, com o objetivo de consultar os gestores locais acerca da necessidade de ampliação do número de câmeras de videomonitoramento e da eventual demanda por maior controle de acesso em determinados ambientes, mediante a instalação de fechaduras digitais.

2.15. Dessa forma, foram identificadas as seguintes necessidades, as quais este núcleo analisa e ratifica como pertinentes

- Nova sede:** Não há necessidade de aquisição ou instalação de novos equipamentos, uma vez que o sistema de videomonitoramento e controle de acesso do prédio já se encontra integralmente contemplado por contrato específico vigente;
- Regional Caicó:** Conforme manifestação apresentada no processo relacionado Sei nº 039100139.000015/2025-21, a unidade destacou a necessidade de instalação de 7 (sete) câmeras adicionais e 4 (quatro) fechaduras eletrônicas (Despacho, id: 36706396). Para as novas câmeras será utilizado um gravador de imagens remanejado da sede antiga da Polícia Científica/RN;
- Regional Mossoró:** Conforme solicitado via processo relacionado Sei nº 039100139.000015/2025-21, a unidade indicou a necessidade de instalação de 5 (cinco) câmeras adicionais e 2 (duas) fechaduras eletrônicas (Despacho

- SEI nº 36795975). Para a operação das novas câmeras será utilizado gravador de imagens remanejado da antiga sede da Polícia Científica/RN;
4. **Regional Pau dos Ferros:** Conforme solicitado via processo relacionado Sei nº 039100139.000015/2025-21, a unidade indicou a necessidade de instalação de 2 (duas) câmeras adicionais e 2 (duas) fechaduras eletrônicas (Despacho Sei nº 36843757). Para a operação das novas câmeras será utilizado gravador de imagens remanejado da antiga sede da Polícia Científica do RN;
5. **Laboratório de Genética Forense (DNA):** A unidade informou que não há necessidade de ampliação do sistema de videomonitoramento ou de controle de acesso neste momento.
6. **Posto Avançado Parnamirim:** Esta unidade encontra-se atualmente em fase de construção. Assim, foi utilizada a planta baixa do imóvel (Sei nº 36866447) para definição dos pontos de instalação e da quantidade de equipamentos necessários. Sendo assim, estimou-se a necessidade de 16 (dezesesseis) câmeras de videomonitoramento, 1 (um) gravador de imagens e 3 (três) fechaduras eletrônicas.
7. **Núcleo de Controle e monitoramento:** O setor possui uma sala de monitoramento adicional localizada fora da nova sede, sendo necessária a instalação de 2 (duas) câmeras e 2 (duas) fechaduras eletrônicas para reforço do controle de acesso e monitoramento do ambiente.

2.16. Adicionalmente, com o objetivo de melhorar a capacidade de armazenamento de imagens do sistema de videomonitoramento do órgão, que atualmente possui uma média aproximada de 28 dias de retenção de gravações, pretende-se ampliar esse período para cerca de 40 dias.

2.17. Para tanto, torna-se necessária a aquisição de discos rígidos (HDs) específicos para sistemas de CFTV. Com base na análise dos gravadores atualmente em uso no órgão, bem como na previsão de ampliação do sistema, conforme demonstrado na tabela abaixo, chegou-se à estimativa de necessidade de 4 (quatro) HDs de 12TB e 2 (dois) HDs de 8TB.

2.18. A estratégia de distribuição desses equipamentos foi definida de forma a otimizar a capacidade de armazenamento de cada gravador, considerando tanto a capacidade suportada por cada equipamento quanto o número de baias disponíveis para instalação de discos rígidos. Dessa forma, busca-se maximizar o tempo médio de retenção das gravações no sistema de videomonitoramento institucional.

2.19. Por fim, destaca-se que, na tabela apresentada, os HDs indicados em vermelho correspondem aos equipamentos a serem adquiridos, enquanto os indicados em verde representam unidades que serão remanejadas entre os gravadores existentes, os quais estão distribuídos nas unidades regionais da Polícia Científica do RN.

PANORAMA ATUAL						
GRAVADOR	QTD. HDs	CAP. POR HD	QTD. HD ATUAL	HDs ATUAIS	TOTAL HDs ATUAIS	
NVD 3316 P	2	14TB	1	8TB	4TB	3
NVD 3316 P	2	14TB	1	8TB	8TB	4
NVD 3316 P	2	14TB	1	8TB		
HDCVI 1016 G2	1	8TB	1	4TB		
HDCVI 1016 G2	1	8TB	1	4TB		
NVD 3116 P	2	12TB	1	8TB		
MHDX 1116	1	14TB	1	4TB		

UPGRADE						
GRAVADOR	HD_01	HD_02	CAP. TOTAL	HD A ADD	TOTAL HDs ATUAIS	
NVD 3316 P	12TB	4TB			4TB	3
NVD 3316 P	12TB	4TB			8TB	4
NVD 3316 P	12TB	4TB				
HDCVI 1016 G2	8TB	-			TOTAL HDs A ADICIONAR	
HDCVI 1016 G2	8TB	-			12TB	4
NVD 3116 P	8TB	8TB				
MHDX 1116	12TB	-				

2.20. Diante das informações levantadas junto às unidades do órgão, é possível estimar, com adequado grau de confiabilidade, a quantidade de equipamentos necessários, conforme apresentado na tabela a seguir.

ITEM	EQUIPAMENTO	R. CAICÓ	R. MOSSORÓ	R. PAU DOS FERROS	DNA	P. PARNAMIRIM	NUCOM	REPOSIÇÃO	TOTAL
01	FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA	4	2	2	0	3	3	1	15
02	GRAVADOR(NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA	0	0	0	0	1	0	0	1
03	CÂMERA ANALÓGICA	7	5	0	0	0	0	2	14

	BULLET FULL HD								
04	CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD	0	0	0	0	16	2	2	20
05	DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV	1	1	1	1	0	0	0	4
06	DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV	0	0	0	0	0	0	2	2
07	FONTE COLMEIA 10A 12V	0	0	0	0	0	1	1	2
08	CAIXA(300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV	0	0	0	0	2	0	1	3
09	CONECTOR RJ45	0	0	0	0	32	4	16	50
10	CONECTOR BALUM PASSIVO	14	10	0	0	0	0	3	27

2.21. **Observação:** A coluna “Reposição” considera itens adicionais destinados à substituição de equipamentos do mesmo modelo que já se encontram em fase final de vida útil, em razão do longo período de utilização. Ademais, os itens 7, 8, 9 e 10 correspondem a materiais acessórios necessários para a adequada instalação e funcionamento dos demais equipamentos.

2.22. Assim, de forma resumida, o quantitativo necessário:

ITEM	EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA	Unidade	15
02	GRAVADOR(NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA	Unidade	1
03	CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD	Unidade	14
04	CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD	Unidade	20
05	DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV	Unidade	4
06	DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV	Unidade	2
07	FONTE COLMEIA 10A 12V	Unidade	2
08	CAIXA(300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV	Unidade	3
09	CONECTOR RJ45	Unidade	50
10	CONECTOR BALUM PASSIVO	Unidade	27

2.23. Para consolidar o quantitativo, as solicitações das regionais e comprovantes foram unificados no Comprovante do Quantitativo (37024164), além de estarem disponíveis nos IDs referenciados.

2.24. Para consolidar o quantitativo, as solicitações das regionais e comprovantes foram unificados no Comprovante do Quantitativo (37024164), além de estarem disponíveis nos IDs referenciados.

2.25. As consultas realizadas junto aos gestores das unidades regionais tiveram como finalidade identificar necessidades operacionais relacionadas ao sistema de videomonitoramento e controle de acesso, especialmente quanto à existência de áreas sem cobertura, surgimento de novos ambientes críticos, alterações estruturais nas edificações e identificação de eventuais pontos cegos decorrentes de modificações físicas nos imóveis.

2.26. Ressalta-se, contudo, que os quantitativos propostos não foram definidos exclusivamente com base nas solicitações encaminhadas pelas unidades. Todas as demandas apresentadas pelos gestores locais foram submetidas à análise e validação técnica por este setor, que avaliou individualmente cada solicitação e concordou com sua pertinência técnica, por se enquadrarem nos critérios operacionais e de segurança adotados pela Administração para implantação e expansão dos sistemas de videomonitoramento e controle de acesso.

2.27. Os estudos realizados priorizaram, principalmente:

- monitoramento de áreas externas e perímetros das edificações;
- controle de acessos principais;
- cobertura de áreas de grande circulação de pessoas;
- monitoramento de ambientes críticos e locais de manuseio de vestígios;
- redução de pontos cegos identificados após alterações estruturais;
- e reforço da segurança orgânica e patrimonial das unidades.

2.28. Como exemplo, na unidade regional de Caicó, verificaram-se alterações estruturais que resultaram em perda parcial de cobertura de determinadas áreas externas, demandando reposicionamento e ampliação de pontos de monitoramento. De igual modo, determinados ambientes críticos, como salas de necropsia, demandam vigilância contínua em razão da necessidade de preservação da cadeia de custódia e segurança operacional das atividades desempenhadas.

2.29. No caso de unidades ainda em fase de implantação, como o futuro posto avançado de Parnamirim, o

dimensionamento dos equipamentos foi realizado com base na análise da planta baixa da edificação, observando os mesmos critérios técnicos de cobertura utilizados nas demais unidades, especialmente quanto à proteção perimetral, áreas de circulação, acessos estratégicos e ambientes operacionais sensíveis.

2.30. Quanto aos itens acessórios e componentes complementares, os quantitativos foram definidos a partir de levantamento técnico individualizado dos equipamentos atualmente instalados nas unidades da PCI/RN, considerando compatibilidade, necessidade operacional e objetivos específicos de atualização e padronização dos sistemas existentes.

2.31. A título de exemplo, os discos rígidos (HDs) foram dimensionados após análise individual das capacidades de armazenamento dos diferentes modelos de gravadores atualmente utilizados pelo órgão, objetivando ampliar e padronizar o período de retenção das imagens para prazo superior a 50 dias em todas as unidades. O próprio Documento de Formalização da Demanda contém tabela detalhada com os modelos existentes, respectivas capacidades e distribuição planejada dos equipamentos a serem adquiridos.

2.32. Por fim, informa-se que os demais itens acessórios previstos na contratação correspondem a componentes necessários à instalação, atualização, expansão e adequado funcionamento dos sistemas atualmente existentes nas unidades da PCI/RN, possuindo relação direta com a operacionalização da solução pretendida.

• **Fundamentação Jurídica do Agrupamento do Objeto**

2.33. Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, sempre que possível, o princípio do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Contudo, o mesmo dispositivo legal estabelece que o parcelamento somente deve ser adotado quando for técnica e economicamente viável, não devendo ser aplicado quando puder comprometer a eficiência da contratação ou gerar prejuízo ao conjunto do objeto.

2.34. Nesse mesmo sentido, a Súmula nº 247 da Advocacia-Geral da União (AGU) estabelece que o parcelamento do objeto deve ser adotado quando houver viabilidade técnica e econômica, não sendo obrigatório quando o fracionamento puder resultar em perda de economia de escala, dificuldades de execução contratual ou prejuízo à eficiência administrativa.

2.35. Assim, a Administração Pública deve avaliar, no planejamento da contratação, se o parcelamento efetivamente contribui para ampliar a competitividade e reduzir custos ou se, ao contrário, pode resultar em fragmentação excessiva do objeto, aumento de custos administrativos ou inviabilidade prática da contratação.

2.36. Dessa forma, a definição da forma de agrupamento dos itens deve considerar não apenas a possibilidade material de divisão do objeto, mas também aspectos relacionados à realidade do mercado fornecedor, à economicidade da contratação e à eficiência na execução do objeto.

• **Da Impossibilidade de Parcelamento Considerando a Análise de Mercado**

2.37. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de equipamentos destinados à implantação de sistema de videomonitoramento**, incluindo câmeras, gravador de vídeo (NVR), unidades de armazenamento, cabeamento estruturado, conectores e demais componentes necessários ao funcionamento da solução.

2.38. Embora os itens sejam tecnicamente individualizáveis, a análise de mercado realizada durante a fase de planejamento demonstrou que **a contratação por item não se mostra economicamente vantajosa**, podendo inclusive comprometer a competitividade do certame.

2.39. Isso ocorre porque diversos itens possuem **baixo valor global quando considerados isoladamente**, tornando pouco atrativa sua contratação individualizada para fornecedores, considerando os custos administrativos, logísticos e operacionais envolvidos na participação em licitações públicas.

2.40. A análise da pesquisa de preços evidencia essa realidade:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total	Análise de Mercado quanto ao Parcelamento
9	Conector RJ45	50	R\$ 1,88	R\$ 94,00	Valor total extremamente reduzido, tornando economicamente inviável a participação de fornecedores em licitação isolada.
7	Fonte colmeia 10A 12V	2	R\$ 97,00	R\$ 194,00	Baixa atratividade econômica quando licitado isoladamente, considerando custos logísticos e administrativos.
10	Conector Balun passivo	27	R\$ 29,37	R\$ 792,90	Item de baixo valor agregado, normalmente comercializado em conjunto com equipamentos de CFTV.
3	Câmera analógica bullet Full HD	14	R\$ 213,33	R\$ 2.986,62	Equipamento geralmente adquirido em conjunto com gravadores e infraestrutura de monitoramento.
8	Caixa cabo rede CAT5e	3	R\$ 899,32	R\$ 2.697,97	Item de infraestrutura complementar do sistema de videomonitoramento.
2	Gravador NVR 16 canais	1	R\$ 3.432,16	R\$ 3.432,16	Equipamento central do sistema, dependente de câmeras e infraestrutura de rede para funcionamento.

2.41. Observa-se que alguns itens apresentam **valores totais inferiores a R\$ 100,00 ou R\$ 200,00**, o que demonstra que sua licitação individualizada geraria objetos de valor extremamente reduzido.

2.42. Na prática, isso tende a resultar em:

- baixo interesse de fornecedores em participar do certame;
- risco de itens desertos ou fracassados;
- necessidade de repetição de procedimentos licitatórios;
- aumento de custos administrativos para a Administração;
- atraso na implantação do sistema de videomonitoramento.

2.43. Além disso, a dinâmica do mercado demonstra que empresas que atuam no setor de segurança eletrônica e CFTV comercializam esses componentes como parte de soluções integradas, fornecendo kits completos de monitoramento que incluem câmeras, gravadores, armazenamento, cabeamento e conectores.

2.44. Dessa forma, a contratação em conjunto desses itens permite **ganhos de escala, redução de custos logísticos e maior compatibilidade entre os equipamentos**, além de aumentar a atratividade do certame para fornecedores do setor.

2.45. Assim, considerando os resultados da pesquisa de mercado e a estrutura de preços identificada, conclui-se que o parcelamento por item não se mostra técnica nem economicamente vantajoso, podendo comprometer a competitividade e a eficiência da contratação.

2.46. Diante disso, a adoção da contratação em lote único mostra-se a alternativa mais adequada para garantir a efetividade da licitação, a participação de fornecedores especializados e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

• Da Justificativa pela Compatibilidade Técnica dos Materiais e Segmentação de Mercado

2.47. A divisão do objeto em dois grupos distintos foi definida considerando não apenas aspectos de mercado e economicidade, mas também a compatibilidade técnica e funcional entre os equipamentos e materiais que compõem o sistema de videomonitoramento, bem como a necessidade de não restringir a competitividade do certame.

2.48. O **Grupo 1 - Itens de Vídeo e Segurança** reúne os equipamentos diretamente responsáveis pela captura, processamento e gerenciamento das imagens do sistema de monitoramento, incluindo o gravador de vídeo em rede (NVR), câmeras de vigilância e fechaduras digitais inteligentes.

2.49. Esses dispositivos constituem os elementos centrais da solução de videomonitoramento, sendo responsáveis pela geração e gerenciamento das informações de segurança.

2.50. Por sua vez, o **Grupo 2 - Itens de TI e Infraestrutura para CFTV** contempla os componentes necessários para o funcionamento da infraestrutura tecnológica do sistema, tais como discos rígidos para armazenamento das imagens captadas, fontes de alimentação, cabeamento estruturado e conectores de rede e de vídeo, os quais garantem a transmissão, alimentação elétrica e armazenamento dos dados gerados pelos equipamentos principais.

2.51. Essa divisão observa a própria lógica de funcionamento dos sistemas de CFTV, nos quais há distinção entre:

- equipamentos ativos de videomonitoramento, responsáveis pela captura e gerenciamento das imagens;
- componentes de infraestrutura de rede e armazenamento, responsáveis pela transmissão, alimentação elétrica e guarda das informações geradas pelo sistema.

2.52. Além disso, a estruturação do objeto nesses dois grupos também foi definida considerando a segmentação do mercado fornecedor, uma vez que existem empresas especializadas predominantemente no fornecimento de equipamentos de segurança eletrônica e videomonitoramento, enquanto outras atuam com maior especialização na comercialização de componentes de tecnologia da informação, armazenamento e infraestrutura de rede.

2.53. Caso todos os itens fossem agrupados em um único lote, poderia ocorrer restrição indevida à competitividade, pois fornecedores que atuam apenas em um desses segmentos poderiam ficar impossibilitados de participar do certame.

2.54. Dessa forma, a divisão adotada busca equilibrar dois objetivos fundamentais da contratação pública:

- garantir a compatibilidade técnica e funcional entre os itens que compõem cada grupo, preservando a coerência da solução tecnológica; e
- ampliar a competitividade da licitação, permitindo a participação de empresas especializadas em cada segmento de mercado.

2.55. Assim, a organização dos itens em Grupo 1 - Itens de Vídeo e Grupo 2 - Itens de TI e Infraestrutura para CFTV mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada aos princípios da competitividade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

• Resultados pretendidos com a contratação

2.56. Espera-se, com a presente contratação, ampliar e fortalecer a infraestrutura de controle de acesso e videomonitoramento da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, proporcionando maior segurança patrimonial, proteção de ambientes sensíveis e melhoria da capacidade de monitoramento das instalações institucionais.

2.57. A implementação dos equipamentos permitirá a ampliação da cobertura do sistema de videomonitoramento nas unidades do órgão, a melhoria da capacidade de armazenamento das gravações e o reforço dos mecanismos de controle de acesso a áreas restritas, especialmente aquelas destinadas à guarda de vestígios e materiais relacionados às atividades periciais.

2.58. Como resultado, espera-se contribuir para o aprimoramento das condições de segurança institucional, para a preservação da integridade do patrimônio público e para o fortalecimento dos procedimentos relacionados à cadeia de custódia de evidências sob responsabilidade do órgão.

3. CLASSIFICAÇÃO DO BEM EM COMUM

3.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos de videomonitoramento destinados a suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, incluindo câmeras de segurança, gravador de imagens (NVR), discos rígidos para CFTV, fechaduras digitais, fontes de alimentação e materiais acessórios para instalação.

3.2. Os referidos equipamentos possuem **padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos**, com base em especificações técnicas usuais de mercado, tais como resolução de vídeo, capacidade de armazenamento, protocolos de comunicação, padrões de conectividade e características elétricas, permitindo a adequada caracterização dos itens a serem fornecidos.

3.3. Ademais, trata-se de equipamentos **amplamente comercializados no mercado**, com diversos fabricantes e fornecedores capazes de atender às especificações estabelecidas pela Administração, não havendo necessidade de desenvolvimento tecnológico específico ou solução personalizada.

3.4. Nesse contexto, a presente contratação enquadra-se como **aquisição de bens comuns**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório por meio de especificações usuais de mercado, conforme a Orientação Normativa nº 54 da Advocacia-Geral da União estabelece:

- Definição de Bem Comum: A Orientação Normativa nº 54 estabelece que bens comuns são aqueles que atendem ao interesse público e são utilizados para a promoção do bem-estar da coletividade. No caso da locação de equipamentos de videomonitoramento e controle de acesso, esses serviços visam aumentar a segurança pública e proteger o patrimônio, o que se alinha diretamente ao interesse coletivo. Ademais, o Decreto nº 32.449, de 07 de março de 2023. Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de direito público do Estado do Rio Grande do Norte estabelece no art. 80, inciso II:

"Art. 80. Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se: II - bem de qualidade comum: bem de consumo com preço e qualidade similares aos bens de outras marcas ou de outros fornecedores e que cumprem a finalidade a qual se destinam, especificados na relação de bens considerados comuns."

3.5. O pregão, como modalidade de licitação, garante a transparência e a competitividade, permitindo que diferentes fornecedores apresentem suas propostas. Isso assegura que a administração pública obtenha o melhor custo-benefício, respeitando os princípios da economicidade e da eficiência, fundamentais para a gestão de bens comuns.

3.6. Tal entendimento encontra respaldo na **Orientação Normativa nº 54 da Advocacia-Geral da União**, segundo a qual a classificação de determinado objeto como bem comum independe do grau de complexidade tecnológica do produto, sendo suficiente que suas características possam ser descritas de forma objetiva e comparável entre diferentes fornecedores.

3.7. Dessa forma, conclui-se que o objeto da presente contratação possui natureza de **bem comum**, permitindo a adoção de procedimento licitatório adequado à aquisição de bens com especificações padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

4. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1. A Lei Complementar nº 675, de 6 de novembro de 2020, do Rio Grande do Norte, que Institui o Estatuto da Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e dos Microempreendedores Individuais (MEI) do Rio Grande do Norte, estabelece tratamento diferenciado e favorecido e dá outras providências, em seu Artigo 42, caput, estabelece que para Processos Licitatórios, cujos valores estimados sejam de **até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)** deverão ser destinados exclusivamente à participação de **microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados para as contratações dos bens e serviços**.

4.2. Entretanto, como o valor estimado da contratação é de R\$ 69.818,04 (sessenta e nove mil oitocentos e dezoito reais e quatro centavos), conforme a Pesquisa de Preços, id: 40044877 o processo será destinado exclusivamente à participação de **microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados para as contratações dos bens e serviços**.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos destinados à ampliação e ao aperfeiçoamento da infraestrutura de controle de acesso e videomonitoramento da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, incluindo fechaduras digitais, câmeras de segurança, gravadores de imagens, discos rígidos e materiais acessórios necessários para instalação e funcionamento do sistema.

5.2. Os equipamentos serão utilizados para ampliar a cobertura do sistema de monitoramento existente, reforçar o controle de acesso em ambientes sensíveis e aumentar a capacidade de armazenamento das gravações do sistema de CFTV institucional.

- Características da solução**

5.3. As especificações técnicas detalhadas dos equipamentos encontram-se descritas no item correspondente deste Termo de Referência.

5.4. Os equipamentos selecionados possuem características compatíveis com os padrões atuais de mercado, permitindo sua integração com a infraestrutura de videomonitoramento já existente no órgão, bem como possibilitando futuras ampliações do sistema sem necessidade de alterações estruturais relevantes.

- **Manutenção e assistência técnica**

5.5. A presente contratação refere-se exclusivamente ao fornecimento dos equipamentos, não contemplando a contratação de serviço contínuo de manutenção preventiva.

5.6. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar assistência técnica para correção de eventuais defeitos de fabricação ou funcionamento dos equipamentos fornecidos.

5.7. Caso não seja possível a realização do reparo dentro do prazo de garantia, a contratada deverá providenciar a substituição do equipamento defeituoso por outro de mesmas características ou superior, conforme condições estabelecidas no instrumento contratual.

- **Justificativa técnica da solução**

5.8. A solução proposta permite ampliar a capacidade de monitoramento e controle de acesso do órgão, contribuindo para o fortalecimento da segurança institucional e para a proteção de ambientes sensíveis.

5.9. A ampliação do sistema de videomonitoramento possibilitará a instalação de novos pontos de vigilância nas unidades do órgão, enquanto a aquisição de discos rígidos de maior capacidade permitirá aumentar o tempo de retenção das gravações armazenadas nos gravadores de imagens.

5.10. Adicionalmente, a implantação de fechaduras digitais permitirá restringir o acesso a ambientes específicos apenas a pessoas autorizadas, contribuindo para o fortalecimento dos procedimentos relacionados à segurança institucional e à cadeia de custódia de vestígios.

- **Justificativa econômica**

5.11. A aquisição dos equipamentos representa solução economicamente adequada para atendimento das necessidades identificadas, uma vez que possibilita a ampliação da infraestrutura existente sem necessidade de substituição integral do sistema atualmente utilizado pelo órgão.

5.12. Além disso, a utilização de equipamentos compatíveis com a infraestrutura já instalada reduz custos de adaptação e permite o aproveitamento dos recursos tecnológicos existentes.

5.13. A execução da instalação dos equipamentos pela equipe interna do Núcleo de Controle e Monitoramento também contribui para a redução de custos da contratação, uma vez que dispensa a necessidade de contratação de serviços especializados para essa finalidade.

- **Ciclo de vida do objeto**

5.14. **Aquisição**

5.14.1. Nesta etapa são realizados o planejamento da contratação, a definição das especificações técnicas, a estimativa de quantitativos e a seleção de fornecedores aptos a fornecer equipamentos que atendam às necessidades da Administração.

5.14.2. Sempre que possível, serão priorizados equipamentos que atendam às normas técnicas aplicáveis e que apresentem boas práticas relacionadas à eficiência energética e à gestão ambiental.

5.15. **Uso**

5.15.1. Após a aquisição, os equipamentos serão instalados e integrados ao sistema de segurança institucional existente.

5.15.2. A instalação será realizada pela equipe interna do Núcleo de Controle e Monitoramento, que também será responsável pela operação cotidiana do sistema e pelo acompanhamento do funcionamento dos equipamentos.

5.15.3. Durante o período de utilização, eventuais defeitos de fabricação serão tratados por meio da garantia fornecida pelo fabricante ou fornecedor, conforme previsto no instrumento contratual.

5.16. **Descarte**

5.17. Ao final de sua vida útil, os equipamentos poderão ser substituídos por novos dispositivos que atendam às necessidades da Administração.

5.18. O descarte dos equipamentos será realizado de forma ambientalmente adequada, observando-se a legislação aplicável e as diretrizes de gestão de resíduos eletrônicos, podendo incluir práticas de logística reversa, reaproveitamento de componentes ou encaminhamento para reciclagem por empresas especializadas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1. A contratação de empresa para **aquisição de equipamentos de videomonitoramento** deve atender a requisitos específicos que assegurem a qualidade, a adequação e a conformidade com as normas legais vigentes, especialmente no que tange à Lei 14.133/2021.

6.2. Os principais requisitos a serem observados incluem:

- **Requisitos da Solução:**

- 6.3. Os equipamentos devem ser entregues em até **30 (trinta) dias úteis** a partir da assinatura do contrato.
- 6.4. Os equipamentos descritos devem ser novos e em perfeitas condições de funcionamento.
- 6.5. Os itens deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo do bem, observando-se, em todos os casos, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das garantias específicas eventualmente estabelecidas para determinados itens.
- 6.6. A assistência técnica autorizada ou preposto autorizado, durante o prazo de garantia contratual do bem, **deve ter atendimento no município de Natal/RN**, podendo ocorrer por meio de rede autorizada ou envio do equipamento.
- 6.7. Todos os custos relacionados à assistência técnica, durante o prazo de garantia contratual do bem e independentemente da modalidade, é de responsabilidade da empresa fornecedora dos equipamentos.
- 6.8. Deverá ser apresentado juntamente com a proposta comercial o catálogo completo ou ficha técnica oficial do fabricante, com os equipamentos ofertados em português, ou manuais/declarações do fabricante, em português, contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta, garantia e tempos de atendimento no local, para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial.
- 6.9. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor através do canal de comunicação indicado como telefone comercial, 0800, e-mail, chat, site, desde que estes canais sejam oficiais pelo fabricante/fornecedor do bem, podendo ser todos ou alguns canais aqui enumerados, sendo o telefone comercial e e-mail obrigatórios.
- 6.10. Para viabilizar compatibilidade e padronização de tecnologias utilizadas na instituição, foi solicitado que alguns equipamentos sejam da marca INTELBRAS, a qual já é utilizada amplamente neste órgão nos sistemas de videomonitoramento, com as respectivas justificativas para a indicação da marca mencionada, conforme o id: 37026795.
- 6.11. Os equipamentos deverão atender às normas técnicas aplicáveis e possuir certificações exigidas pelos órgãos reguladores competentes.

• **Critérios de Sustentabilidade:**

- 6.11.1. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como ao disposto no art. 11, incisos I e IV, da referida lei, os equipamentos fornecidos deverão atender, sempre que aplicável, a requisitos mínimos de sustentabilidade ambiental, eficiência energética e redução de impactos ambientais.
- 6.11.2. Os equipamentos ofertados deverão observar, quando aplicável ao respectivo item, os seguintes requisitos de sustentabilidade:
- I - conformidade com normas de restrição ao uso de substâncias perigosas, tais como RoHS (Restriction of Hazardous Substances) ou norma equivalente;
 - II - utilização de equipamentos com eficiência energética compatível com os padrões atualmente praticados no mercado, buscando redução do consumo de energia elétrica durante a operação;
 - III - fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, com maior vida útil e durabilidade, visando reduzir a necessidade de substituições frequentes e a geração de resíduos eletrônicos;
 - IV - disponibilização de garantia mínima conforme estabelecido neste Termo de Referência, contribuindo para maior vida útil dos equipamentos e redução de descarte prematuro;
 - V - observância das normas técnicas e certificações aplicáveis expedidas pelos órgãos competentes, quando exigíveis para comercialização no território nacional;
 - VI - adoção, sempre que possível, de práticas de logística reversa, especialmente para descarte ambientalmente adequado de componentes eletrônicos, baterias, fontes de alimentação e demais resíduos tecnológicos eventualmente substituídos durante o período de garantia.
- 6.11.3. A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente durante toda a execução contratual, responsabilizando-se pelo dequado acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados.
- 6.11.4. A exigência dos requisitos de sustentabilidade previstos neste Termo de Referência visa promover a seleção da proposta mais vantajosa sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, considerando não apenas critérios econômicos, mas também impactos ambientais, eficiência operacional, durabilidade e redução de resíduos eletrônicos.
- 6.12. Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, lacrada e protegida contra danos de transporte e os equipamentos deverão ser compatíveis com a infraestrutura de videomonitoramento existente no órgão.
- 6.13. Os equipamentos deverão seguir, rigorosamente, as especificações abaixo:

**FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM
MAÇANETA**

- Deve ser *smart*;
- Deve acompanhar, caso necessário, dispositivo de automação compatível com a mesma. Por exemplo, hub para configuração e conexão wifi da fechadura;
- Com possibilidade de gerenciamento de usuário via

<ul style="list-style-type: none"> software ou app remotamente; Com acesso a relatórios de acesso via software ou app remotamente; Com maçaneta ajustável para abrir para direita ou esquerda; Possibilidade de abertura por senha; Possibilidade de abertura por software ou app remotamente; Possibilidade de abertura por digital para até 100 usuários; Possibilidade de abertura por tags de aproximação para até 100 tags; Com, pelo menos, 2 chaves mecânicas de abertura, para casos de emergência; Possibilidade de abertura com bateria de 9V em caso de esgotamento das pilhas internas; Compatível com portas de 30 a 60mm de espessura; Pelo menos, 2 anos de garantia. Marca INTELBRAS 	<p>GRAVADOR (NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA</p> <ul style="list-style-type: none"> Suporte para câmeras IP PoE; Suporte para 16 canais de câmeras IP (Portas PoE); Com 16 portas POE; Gravador digital de imagem; Interface de rede Gigabit Ethernet; Reconhecimento automático das câmeras IPs com protocolo compatível com sistemas nacionais e Onvif; Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif; Suporte a câmeras de outras marcas e Onvif; Saídas de vídeo 1 HDMI e/ou 1 VGA; Quantidade de canais exibidos na tela 1, 4, 8, 9, 16; Controle de contas de usuário com permissões de acesso ao sistema; Sistema de compressão dos arquivos H.265/H.264/MJPEG; Capacidade de armazenamento de 16TB ou superior; Vir com 2 HDs 8TB ou superior; Ventilação interna; Marca INTELBRAS.
<p>CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD</p> <ul style="list-style-type: none"> Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif; Compatível com protocolos HDCVI, AHD-H, HDTVI e analógico; Alimentação P4 fêmea(12V); CMOS com varredura progressiva; Obturador eletrônico automático; Monitoramento remoto simultâneo; Vídeo com resolução FULL HD (1080p); Compressão de vídeo H.265/H.264/H.264B/H.264H/MJPEG; Taxa de frames 1 a 30 FPS; Ângulo de abertura vertical maior ou igual a 50°; Ângulo de abertura horizontal maior ou igual a 90°; Proteção ip67; Alcance IR 30 metros; Para uso interno e externo; Marca INTELBRAS. 	<p>CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD</p> <ul style="list-style-type: none"> Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif; Alimentação PoE (Power over Ethernet); Alimentação P4 fêmea (12V); CMOS com varredura progressiva; Obturador eletrônico Automático; Monitoramento remoto simultâneo; Vídeo com resolução mínima de 2 megapixel (1920 ×

<ul style="list-style-type: none"> • 1080)/16:9 D1 • (704 × 480)/22:15 CIF (352 × 240)/22:15; • Compressão de vídeo H.265/H.264B/H.264H/MJPEG ou superior; • Taxa de frames 1 a 30 FPS; • Interface RJ45 10M/100M; • Ângulo de abertura horizontal maior ou igual a 85°; • Alcance IR 20 metros; • Marca INTELBRAS.
<p align="center">DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ter capacidade de 12 TB de armazenamento; • Deve ser do tipo <i>HD WD Purple</i>(compatível com sistemas CFTV). • Com interface SATA de 6 Gb/s; • Tamanho de 3,5 polegadas; • Pelo menos, 3 anos de garantia; • Compatível com RoHS(Restrição de Substâncias Perigosas); • Com desempenho de 7200 RPM.
<p align="center">DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ter capacidade de 8 TB de armazenamento; • Deve ser do tipo <i>HD WD Purple</i>(compatível com sistemas CFTV); • Com interface SATA de 6 Gb/s; • Tamanho de 3,5 polegadas; • Pelo menos, 3 anos de garantia; • Compatível com RoHS (Restrição de Substâncias Perigosas); • Com desempenho de 7200 RPM.
<p align="center">FONTE COLMEIA 10A 12V</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com filtro antiruído; • Para até 32 câmeras; • Com tensão de saída ajustável automaticamente; • Para consumo de até 10A; • Para uso em 12V; • Com 2 anos de garantia.
<p align="center">CAIXA (300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabo de rede Cat.5e.
<p align="center">CONECTOR RJ45</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conector RJ45; • Marca INTELBRAS.
<p align="center">CONECTOR BALUM PASSIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com engate de pressão; • Com transmissão BNC macho; • Para cabos cat 5 ou superior; • Compatível com vídeo analógico tradicionais, HD, FULL HD, 4MP e 4K; • Marca INTELBRAS.

• **Garantia**

6.14. Deve ser concedido garantia mínima de **12 meses ou superior quando especificado nas características técnicas do item**, abrangendo troca, substituição ou reposição de equipamentos entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com o solicitado, conforme a descrição do Termo de Referência.

6.15. A substituição de equipamentos defeituosos deverá ser feita por outro item com qualidade igual ou superior, através de documentação comprovando a disponibilidade da empresa na substituição, com a validade, lote, marca, quantidade a serem trocadas e só podendo ser efetuada com aprovação prévia do contratante, sem custo adicional para o contratante.

Acionamento da garantia

6.16. A abertura de chamado ocorrerá por telefone ou e-mail fornecido pelo contratado, devendo ser gerado número de protocolo.

6.17. No decorrer da garantia da aquisição, serão de responsabilidade da Contratada todos os custos de frete e seguro de transporte para remoção e envio do item.

• Da indicação de marca

6.18. O Setor Técnico solicitou a indicação da marca Intelbras para os itens 01, 02, 03, 04, 09 e 10 considerando a justificativa presente no anexo - Justificativa Indicação de Marca (37026795), conforme segue:

"Considerando a necessidade de aquisição de câmeras de segurança e fechaduras eletrônicas destinadas à ampliação do sistema de videomonitoramento e controle de acesso já existente nesta instituição, **justifica-se a escolha da marca Intelbras** pelos motivos técnicos e operacionais a seguir expostos:

O sistema atualmente em operação é composto integralmente por equipamentos da referida marca, sendo todos integrados à infraestrutura e softwares específicos fornecidos pela mesma. A adoção de equipamentos de outra marca poderia implicar **incompatibilidade de comunicação, dificuldades de integração com o sistema atual, aumento de custos de manutenção, necessidade de treinamento adicional de equipe técnica e risco de perda de funcionalidades** já consolidadas.

A escolha da mesma marca visa garantir a **padronização tecnológica, a interoperabilidade entre os equipamentos já instalados e os novos dispositivos**, além de facilitar a **gestão, manutenção e suporte técnico** do sistema. Ressalta-se que a marca escolhida possui **assistência técnica autorizada e suporte local**, assegurando maior agilidade em eventuais manutenções e reposições.

Dessa forma, a definição da marca Intelbras mostra-se **tecnicamente necessária e economicamente vantajosa**, pois evita retrabalhos, incompatibilidades e gastos adicionais com adequações de software e hardware, assegurando a continuidade e a eficiência do sistema de videomonitoramento existente."

6.19. Assim, a indicação de marca está de acordo com o Art. 41, I, a, da 14.133/21.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

• Demais requisitos

6.20. Os equipamentos deverão ser conferidos no ato da entrega pelos fiscais do contrato, não podendo, em hipótese alguma, a transportadora dificultar, impedir ou restringir a realização do procedimento de conferência pelos responsáveis designados.

• Possibilidade de Subcontratação

6.21. Não será permitida a subcontratação do objeto, considerando que a presente contratação tem por finalidade o fornecimento de bens comuns, não havendo parcelas da execução que demandem especialização técnica ou divisão da execução contratual.

• Do local de entrega:

6.22. Os equipamentos poderão ser entregues em um dos seguintes endereços, a critério da Administração:

- Atual sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte: Rua dos Campos, s/n, bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP: 59.072-103, no horário das 08h00 às 12h00; ou

- Antiga sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte: Av. Duque de Caxias, nº 97, bairro Ribeira, Natal/RN, CEP: 59.010-200, no horário das 08h00 às 12h00.

• Da vigência contratual

6.23. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável nos parâmetros da Lei nº 14.133.

6.24. A entrega dos itens em sua totalidade encerra a vigência contratual.

7. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

7.1. Acerca da garantia contratual, a Lei 14.133/21 determina que:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco

7.2. Não será exigida garantia de execução contratual, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega única e baixo risco de inadimplemento, sendo suficientes as garantias legais e contratuais previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Condições de fornecimento

8.2. A execução do objeto dar-se-á por meio do fornecimento e entrega dos equipamentos de videomonitoramento, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

8.3. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em suas embalagens originais e acompanhados de todos os manuais, cabos, acessórios e componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

8.4. A contratada será responsável pelo transporte, entrega, descarregamento e disponibilização dos equipamentos, bem como por todos os custos decorrentes dessas atividades.

8.5. Prazo de entrega

8.6. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

8.7. A entrega deverá ocorrer em sua totalidade, salvo se houver justificativa aceita pela Administração para entrega parcial.

8.7.1. Local e horário de entrega

8.8. Os equipamentos deverão ser entregues em um dos seguintes endereços, a critério da Administração:

- Nova sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte – Rua dos Campos, s/n, bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP: 59.072-103; ou
- Antiga sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte – Av. Duque de Caxias, nº 97, bairro Ribeira, Natal/RN, CEP: 59.010-200.

8.9. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00, salvo ajuste prévio com a Administração.

8.10. Condições de entrega

8.11. No ato da entrega, os equipamentos serão conferidos pelos fiscais do contrato, para verificação da conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.

8.12. Caso seja constatada qualquer das seguintes situações, os equipamentos poderão ser recusados pela Administração:

- divergência em relação às especificações técnicas;
- avarias ou danos decorrentes de transporte;
- defeitos de fabricação;
- entrega de equipamentos usados, recondicionados ou fora da embalagem original.

8.13. Nessas hipóteses, a contratada deverá realizar a substituição do item no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por simples apostila.

9.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, tais como e-mail institucional, para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização do contrato, contendo informações acerca das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, método de aferição de resultados e eventuais sanções aplicáveis.

PREPOSTO

9.6. A contratada deverá designar formalmente um preposto para representá-la durante a execução do contrato, indicando no respectivo instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.7. A Administração poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou a manutenção do preposto

designado, hipótese em que a contratada deverá indicar outro representante.

FISCALIZAÇÃO

9.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal ou fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.9. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

9.11. Compete ao fiscal técnico:

9.11.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

9.11.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

9.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

9.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

9.11.5. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

a) O servidor Izaias Remailles Silva de Paula, matrícula nº 223.350-9, será designado como Fiscal Técnico do Contrato.

9.12. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.13. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos da execução contratual.

9.13.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

9.13.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9.14. GESTOR DO CONTRATO

9.14.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações contratuais para atendimento à finalidade da Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

9.14.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e das medidas adotadas, informando, quando necessário, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II).

9.14.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho da despesa e pagamento, registrando eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório de riscos. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).

9.14.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual, com base em indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

9.14.5. O gestor do contrato adotará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização visando à aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).

9.14.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação, bem como eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

9.14.7. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão contratual, nos termos do contrato.

a) A Servidora Ana Patrícia Tavares Moreira, Mat.: 102.501-5, será designada como gestora de

contrato.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 9.15. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante
- 9.16. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 9.17. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 9.18. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 9.19. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 9.20. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.21. Após a assinatura do contrato, emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.22. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 9.23. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III)
- 9.24. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II).

10. CRITÉRIOS E MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO

- 10.1. O recebimento do objeto ocorrerá na forma prevista nos arts. 140 e 143 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O objeto será recebido:
- I - provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.
 - II - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
- 10.3. Antes da realização do recebimento definitivo, a Administração poderá realizar testes de funcionamento nos equipamentos entregues, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.
- 10.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 10.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade pela perfeita execução do contrato.
- 10.6. No caso de controvérsia quanto à qualidade ou quantidade do objeto entregue, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

- 10.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30C (trinta) dias, por meio de ordem bancária, após o recebimento das notas fiscais pelo setor financeiro da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, a contar da certificação de que o bem foi aceito, **salvo por atraso na liberação de recursos financeiros**.
- 10.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I - O prazo de validade;
 - II - Data da emissão;
 - III - Os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - O período respectivo de execução do contrato;

V - O valor a pagar; e

VI - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.11. Nota fiscal eletrônica contendo a descrição dos produtos, quantidades, documentos de embarque, quando for o caso, preços unitários e o valor total, que deverá ser emitida em nome da Polícia Científica do RN, devendo constar, ainda, se houver, número de documento equivalente a contrato, e ser devidamente aceita e atestada pelo CONTRATANTE.

10.12. Nota fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail: financeiroitep@gmail.com, ou entregue junto com o produto no local estabelecido neste instrumento.

10.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

10.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

FORMA DE PAGAMENTO

10.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

10.22. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento dos bens.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **procedimento licitatório**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A licitação ocorrerá na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do **critério de julgamento pelo menor preço por grupo**, observadas as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Forma de fornecimento

11.3. O fornecimento dos bens poderá ocorrer **de forma parcelada**, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal da contratante.

Exigências de habilitação

11.4. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.5. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta

Comercial da respectiva sede;

11.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

11.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165)

11.15. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.16. Cédula de identidade, em se tratando de pessoa física.

11.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

11.18. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.19. A licitante que for cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, do Governo Federal ou Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Rio Grande do Norte, ficará dispensada da apresentação dos documentos de habilitação que constem no SICAF ou CRC.

11.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei, sob pena de desclassificação;

11.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Estadual nº 675, de 2020 e Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.27. Outras:

11.27.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

11.27.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para

reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, para empresas com mais de 100 pessoas, das quais precisam ter de 2 a 5% dos seus quadros funcionais preenchidos por pessoas com deficiência.

11.27.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.28. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

11.29. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarada a vencedora, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006

11.30. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

• **Justificativa da exigência de qualificação técnica**

11.30.1. A exigência de qualificação técnica prevista neste Termo de Referência possui fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e visa assegurar que a futura contratada possua capacidade operacional mínima para o fornecimento adequado dos equipamentos de videomonitoramento e controle de acesso objeto da presente contratação.

11.30.2. Embora a contratação envolva fornecimento de bens comuns e entrega imediata, a Administração optou por não dispensar integralmente a qualificação técnica prevista no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em razão das especificidades e da criticidade operacional dos equipamentos a serem adquiridos.

11.30.3. Os equipamentos objeto da contratação serão destinados ao sistema institucional de videomonitoramento e controle de acesso da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, incluindo ambientes sensíveis relacionados à segurança patrimonial, guarda de vestígios, cadeia de custódia e monitoramento institucional, circunstância que demanda a contratação de fornecedor com experiência mínima comprovada no fornecimento de equipamentos compatíveis.

11.30.4. A ausência de capacidade técnica mínima da contratada poderá ocasionar riscos relevantes à Administração, tais como:

- I - fornecimento de equipamentos incompatíveis com a infraestrutura existente;
- II - falhas de interoperabilidade entre dispositivos;
- III - entrega de equipamentos inadequados às especificações técnicas exigidas;
- IV - comprometimento da continuidade e da confiabilidade do sistema institucional de monitoramento;
- V - aumento de custos administrativos decorrentes de substituições, atrasos e necessidade de suporte corretivo.

11.30.5. Consideram-se parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto os seguintes itens:

- I - gravador de imagens (NVR);
- II - câmeras de videomonitoramento analógicas e IP;
- III - discos rígidos específicos para CFTV;
- IV - fechaduras digitais destinadas ao controle de acesso.

11.30.6. Tais itens concentram as principais funcionalidades operacionais do sistema de segurança institucional, exigindo compatibilidade tecnológica, estabilidade operacional e integração adequada com a infraestrutura já existente no órgão.

11.30.7. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica em quantitativo mínimo de até 50% do objeto licitado mostra-se proporcional, razoável e compatível com a complexidade da contratação, não restringindo indevidamente a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que resguarda a Administração quanto à capacidade operacional da futura contratada.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.31. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de equipamentos compatíveis com o objeto desta contratação.

11.32. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar que o licitante já realizou fornecimento de equipamentos de videomonitoramento, CFTV ou equipamentos de tecnologia da informação compatíveis, tais como:

- câmeras de videomonitoramento;
- gravadores digitais ou de rede (DVR ou NVR);
- discos rígidos para CFTV;
- equipamentos ou acessórios para sistemas de monitoramento eletrônico.

11.33. Para fins de comprovação da capacidade técnica, será exigida a demonstração de fornecimento mínimo

correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item ou grupo licitado, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

11.34. Será admitido o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido.

11.35. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.36. A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, tais como cópia de contratos, notas fiscais ou outros documentos que comprovem a execução do objeto.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.37. A qualificação econômico-financeira da empresa poderá ser comprovada por meio de apuração dos seguintes índices:

11.38. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.39. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.40. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

11.41. Índice de Liquidez Corrente - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final **maior que 1,0 (hum)**.

11.42.
$$LC = \frac{AC}{PC}$$

11.43. Onde, PC

11.44. LC = liquidez corrente

11.45. AC = ativo circulante

11.46. PC = passivo circulante.

11.47. Índice de Liquidez Geral - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final **maior que 1,0 (hum)**.

11.48.
$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

11.49. Onde, PC + ELP

11.50. LG = liquidez geral

11.51. AC = ativo circulante

11.52. RLP = realizável a longo prazo

11.53. PC = passivo circulante

11.54. ELP = exigível a longo prazo

11.55. Índice de Endividamento Total - calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada à empresa que obtiver a pontuação final **menor que 1,0 (hum)**.

11.56.
$$ET = \frac{PC + ELP}{AT}$$

11.57. Onde, AT

11.58. ET = endividamento total

11.59. PC = passivo circulante

11.60. ELP = exigível a longo prazo

11.61. AT = ativo total

11.62. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.63. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.64. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.65. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Parágrafo único: As microempresas, empresas de pequeno porte e afins ficam dispensadas de apresentar as exigências constantes neste subitem, conforme dispõe o artigo 3º, do Decreto nº 19.938, de 31/07/2007.

11.66. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de validade de no máximo 90 dias.

11.67. **Com intuito de justificar a exigência desta condição de habilitação, a qualificação econômico-financeira é uma etapa do processo de licitação que serve para demonstrar a capacidade de uma empresa de suportar os custos de uma contratação.** É importante para estabelecer confiança e aumentar as chances de fechar bons negócios.

11.68. De acordo com o artigo 69, § 4º da Lei 14.133/2021, a Administração pode exigir um capital ou patrimônio

mínimo equivalente a 10% do valor do contrato. Essa medida é um critério objetivo que visa garantir que os licitantes tenham uma base financeira sólida, capaz de suportar as obrigações contratuais. Além disso, a exigência de comprovação de índices como a Liquidez Corrente, Liquidez Geral e o Índice de Endividamento total, conforme estabelecido na IN – Seges/MP 5/2017, Anexo VII-A, item 11.1, alínea “a”, reforça a necessidade de avaliar a saúde financeira das empresas.

11.69. Para evitar que condições desfavoráveis limitem a participação de empresas menores, a legislação também prevê a dispensa de microempresas e empresas de pequeno porte da apresentação dessas certificações, conforme o artigo 3º do Decreto nº 19.938, de 31/07/2007. Essa medida busca fomentar a competitividade e a inclusão de empresas menores no processo licitatório, sem comprometer a segurança financeira da contratação.

11.70. As qualificações econômico-financeiras exigidas têm como objetivo garantir que os licitantes vencedores possuam a capacidade financeira necessária para executar o objeto da contratação. Esses parâmetros são objetivos e previamente definidos em lei, o que assegura transparência e equidade no processo.

11.71. Importante ressaltar que não foram exigidos índices não usualmente adotados para a avaliação da situação econômico-financeira, nem valores que extrapolam o necessário para atestar a capacidade de execução do contrato. A análise se concentra em liquidez e solvência, conforme os critérios estabelecidos na Lei 14.133/2021, art. 69, §§ 2º e 5º, evitando assim a frustração do caráter competitivo do certame.

11.72. A exigência de índices de liquidez superiores a um é uma medida que visa garantir que os fornecedores tenham solidez financeira e capacidade para honrar seus compromissos. A Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) são indicadores fundamentais que permitem à Administração Pública avaliar a saúde financeira das empresas, proporcionando maior segurança quanto à capacidade de execução do contrato sem riscos excessivos de inadimplência ou descumprimento.

11.73. Além disso, a exigência de um patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado para a contratação, conforme disposto no art. 69, § 4º, da Lei 14.133/2021, assegura que os licitantes disponham de uma reserva financeira suficiente para cobrir eventuais imprevistos ou dificuldades durante a execução do contrato. Isso é essencial para garantir o cumprimento das obrigações assumidas.

11.74. Em suma, os critérios estabelecidos visam proteger o interesse público, minimizar riscos financeiros e assegurar que a contratação seja realizada com empresas idôneas e financeiramente estáveis, aptas a entregar os bens ou serviços com a qualidade e nos prazos previstos. A adoção de tais medidas é um passo importante para garantir a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos públicos, promovendo um ambiente de negócios saudável e competitivo.

12. CLÁUSULA DE REAJUSTE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação e da Pesquisa Mercadológica, qual seja a data em que os dados de pesquisa de preço foram juntados aos autos do processo de contratação, conforme art. 25, §7º, da Lei 14.133/21 e Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudências do TCU.

12.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação contratual ou atraso na execução que ultrapasse esse período, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo,

12.3. O reajuste será aplicado mediante solicitação da contratada e análise pela Administração, observadas as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

12.4. Caso o contratado não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ou ainda, seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato sem qualquer ressalva quanto à ulterior análise pela Administração do reajuste, ocorrerá a preclusão do direito, conforme [Parecer nº 3/2023/DECOR/CGU/AGU](#).

12.5. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento quando este for requerido após a extinção do contrato.

12.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.11. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado total da presente contratação é de **R\$ 69.818,04 (sessenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e quatro centavos)**, sendo R\$ 48.590,78 (quarenta e oito mil quinhentos e noventa reais e setenta e oito centavos) referente ao Grupo 1 e R\$ 21.227,26 (vinte e um mil duzentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos) referente ao Grupo 2, conforme preços unitários e totais obtidos em pesquisa prévia, atendendo aos critérios estabelecidos no art. 23 da Lei 14.133/2021.

13.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada mediante pesquisa de preços realizada por meio da plataforma Banco de Preços, ferramenta utilizada pela Administração Pública para consulta e consolidação de valores

praticados em contratações similares, conforme o ids: 40044821 e 40044877.

13.3. A pesquisa foi realizada com base em dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, contemplando contratações públicas recentes de objetos com características equivalentes ao pretendido, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Para a definição do valor estimado da contratação foi adotado o método da média aritmética dos preços obtidos, conforme metodologia apresentada nos relatórios emitidos pela plataforma de pesquisa de preços.

13.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. A presente contratação correrá por meio de:

Itens 01 a 06:

Unidade Orçamentária:	21131 - Fundo Técnico-Científico de Perícia - FUNTEP
Função:	06 - Segurança Pública
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	0301 - Segurança Pública: Cidadania, Inteligência, Gestão e Valorização dos Profissionais
Ação:	1033 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do ITEP
Subação:	103301 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários
Fonte de Recurso:	0.5.00.000000 Recursos não vinculados de Impostos
Natureza da Despesa:	44.90.52.33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto

Itens 07 a 10:

Unidade Orçamentária:	21131 - Fundo Técnico-Científico de Perícia - FUNTEP
Função:	06 - Segurança Pública
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	0100 - Programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado
Ação:	2404 - Manutenção e funcionamento
Subação:	240401 - Manutenção e funcionamento
Fonte de Recurso:	0.5.00.000000 Recursos não vinculados de Impostos
Natureza da Despesa:	33.9.0.30.17 - Material de Processamento de Dados

15. DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato poderá ser rescindido, conforme Art. 138 da Lei Federal 14.133/21, nas seguintes formas:

- a) por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos em lei;
- b) de forma consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração

15.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e formalizadas no respectivo processo administrativo.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência, o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratada;
- e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação e no contrato, quando for o caso;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- i) É vedado a intervenção indevida da Administração na gestão interna da contratada, conforme art. 48, VI, Lei nº 14.133/21.

16.2. São obrigações da **CONTRATADA**, sem que a elas se limite a sua responsabilidade, além das disciplinadas neste Termo de Referência e na legislação aplicável:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes do contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

- b) Fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Administração;
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela Administração, os equipamentos que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações exigidas;
- f) Comunicar à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento do objeto;
- g) Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- h) Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração durante a execução do contrato;
- i) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou qualificação na contratação direta;
- j) Cumprir a legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como as normas relacionadas à execução do objeto contratual;
- k) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade por tais encargos;
- l) Programar-se com antecedência para atender às demandas da Administração durante toda a vigência do contrato, nas quantidades estipuladas;
- m) Acatar as orientações do gestor e dos fiscais do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às determinações emitidas;
- n) Indicar preposto para representá-la perante a Administração durante a execução do contrato, quando solicitado.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Multa:
 - I - moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;
 - II - moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5,0 %, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - III - compensatória de 2% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 17.3. O não cumprimento das garantias técnicas, assistências e existência de representantes habilitados para cumprimento da garantia, ocasionarão uma multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 17.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 17.5. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

17.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

17.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

17.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para o Contratante;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

17.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

17.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

18. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

18.1. Na proposta de preços deverá constar a seguinte condição:

I - descrição clara e detalhada do equipamento ofertado, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;

II - indicação do preço unitário e total dos itens, expressos em moeda corrente nacional (Real), com no máximo duas casas decimais;

III - declaração de que nos preços ofertados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e quaisquer outros necessários ao pleno fornecimento do objeto;

IV - prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação;

V - indicação de que o fornecimento do objeto observará os prazos e locais de entrega estabelecidos neste Termo de Referência.

19. DAS AMOSTRAS

19.1. Não será exigida a apresentação de amostras para fins de julgamento das propostas, tendo em vista que o objeto da contratação refere-se ao fornecimento de equipamentos cujas especificações técnicas estão suficientemente detalhadas neste Termo de Referência, permitindo a adequada avaliação das propostas apresentadas.

19.2. Para fins de análise da conformidade das propostas, o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, **catálogo, ficha técnica ou documento equivalente do fabricante**, contendo as especificações técnicas dos equipamentos ofertados.

20. CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527

20.1. O art. 10 da IN nº 81/2022, dispõe que ao final da elaboração do Termo de Referência -TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.

20.2. **Desta forma, no tocante à classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo, para todos os efeitos, este Termo de Referência (41206568) se enquadra como sendo um documento público, não havendo restrições quanto à sua publicidade.**

21. DA APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

21.1. A autoridade competente para aprovar o Termo de Referência atinente aos itens definidos neste Termo é o

Marianna Bila Couceiro Costa
Agente Técnico Forense
SETOR DE COMPRAS - SECOMP



Documento assinado eletronicamente por **MARIANNA BILA COUCEIRO COSTA, Agente Técnico Forense**, em 14/05/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41206568** e o código CRC **93A6BD86**.

Referência: Processo nº 03910147.000964/2025-21

SEI nº 41206568



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º: O estudo técnico preliminar deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. Dados do Processo:

Unidade requisitante:	Núcleo de Controle e Monitoramento - NUCOM
Objeto:	Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de videomonitoramento para suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte.
Nº do Processo:	03910147.000964/2025-21.

2. Descrição da necessidade da contratação:

A presente contratação tem por objetivo fortalecer a infraestrutura de controle de acesso e videomonitoramento institucional, visando ampliar a segurança patrimonial, a proteção de ambientes sensíveis e o adequado monitoramento das instalações do órgão.

No que se refere ao controle de acesso, a aquisição de fechaduras digitais smart de embutir com maçaneta permitirá restringir o acesso a ambientes específicos exclusivamente a pessoas autorizadas. Esses equipamentos serão utilizados nas unidades regionais e postos avançados do órgão, conforme demanda, especialmente em ambientes destinados à guarda de vestígios e materiais sensíveis, os quais exigem maior rigor de controle e rastreabilidade de acesso.

Dessa forma, os equipamentos contribuirão diretamente para o fortalecimento dos procedimentos institucionais relacionados à cadeia de custódia e segurança de evidências.

Quanto à infraestrutura de videomonitoramento, a contratação contempla equipamentos destinados tanto à expansão quanto à melhoria da capacidade de armazenamento do sistema existente. A aquisição de discos rígidos (HDs) de alta capacidade permitirá ampliar a capacidade de armazenamento das imagens captadas pelo sistema de CFTV. Tal ampliação permitirá que os gravadores mantenham registros de imagens por período superior ao atualmente disponível, garantindo maior tempo de retenção das gravações para fins de auditoria, investigação e segurança institucional.

Adicionalmente, a contratação inclui câmeras de videomonitoramento, gravador de imagens (NVR) e equipamentos de infraestrutura, tais como cabos de rede, conectores RJ45, baluns passivos e fontes de alimentação, que são essenciais para a instalação e funcionamento do sistema. Esses itens serão utilizados para ampliar a cobertura de monitoramento nas unidades do órgão, possibilitando a instalação de novos pontos de vigilância e a melhoria da qualidade das imagens captadas.

Destaca-se ainda que o gravador de imagens (NVR) será destinado ao novo posto avançado do órgão localizado no município de Parnamirim, unidade que se encontra atualmente em fase de construção, sendo necessária a implantação de um sistema próprio de videomonitoramento para garantir a segurança das instalações desde o início de sua operação.

Dessa forma, a contratação dos referidos equipamentos e itens permitirá ampliar a cobertura de vigilância, melhorar a capacidade de armazenamento das gravações e fortalecer o controle de acesso a ambientes sensíveis, contribuindo para a segurança institucional, a proteção do patrimônio público e a adequada gestão de evidências sob responsabilidade do órgão.

3. Referência ao Plano de Contratação Anual:

A aquisição de equipamentos de videomonitoramento para suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do órgão para o exercício de 2026.

A referida previsão pode ser confirmada por meio do link para o Portal Nacional de Contratações Públicas

CLASSE	ID
26	7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES
27	6760 - EQUIPAMENTO FOTOGRÁFICO E ACESSÓRIOS
29	5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS

Essa previsão demonstra o alinhamento da presente contratação com o planejamento estratégico e as diretrizes de gestão do órgão, garantindo que os recursos sejam aplicados de forma eficiente.

4. Requisitos da Contratação:

A contratação de empresa para **aquisição de equipamentos de videomonitoramento** deve atender a requisitos específicos que assegurem a qualidade, a adequação e a conformidade com as normas legais vigentes, especialmente no que tange à Lei 14.133/2021.

Os principais requisitos a serem observados incluem:

1. Requisitos da Solução:

- Os equipamentos devem ser **entregues em até 30 (trinta) dias úteis** a partir da assinatura do contrato.
- Os equipamentos descritos devem ser novos e em perfeitas condições de funcionamento.
- Os itens deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados a partir da **data do recebimento definitivo do bem**, observando-se, em todos os casos, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das garantias específicas eventualmente estabelecidas para determinados itens.
- A assistência técnica autorizada ou preposto autorizado, durante o prazo de garantia contratual do bem, deve ter **atendimento no município de Natal/RN**, podendo ocorrer por meio de rede autorizada ou envio do equipamento.
- Todos os custos relacionados à assistência técnica, durante o prazo de garantia contratual do bem e independentemente da modalidade, é de responsabilidade da empresa fornecedora dos equipamentos.
- Deverá ser apresentado juntamente com a proposta comercial o catálogo completo dos equipamentos ofertados em português, ou manuais/declarações do fabricante, em português, contendo todas as informações técnicas correspondentes ao equipamento (modelo) ofertado na proposta, garantia e tempos de atendimento no local, para a devida análise da especificação técnica, sob pena da desclassificação da proposta comercial.
- Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor através do canal de comunicação indicado como telefone comercial, 0800, rede sociais, e-mail, chat, site, desde que estes canais sejam oficiais pelo fabricante/fornecedor do bem, podendo ser todos ou alguns canais aqui enumerados, sendo o telefone comercial e e-mail obrigatórios.
- Para viabilizar compatibilidade e padronização de tecnologias utilizadas na instituição, foi solicitado que alguns equipamentos **sejam da marca INTELBRAS**, a qual já é utilizada amplamente neste órgão nos sistemas de videomonitoramento, com as respectivas justificativas para a indicação da marca mencionada, conforme o id: 37026795.
- Os equipamentos deverão seguir, rigorosamente, as especificações abaixo:

FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA

- Deve ser *smart*;
- Deve acompanhar, caso necessário, dispositivo de automação compatível com a mesma. Por exemplo, hub para configuração e conexão wifi da fechadura;
- Com possibilidade de gerenciamento de usuário via software ou app remotamente;
- Com acesso a relatórios de acesso via software ou app remotamente;
- Com maçaneta ajustável para abrir para direita ou esquerda;
- Possibilidade de abertura por senha;
- Possibilidade de abertura por software ou app remotamente;
- Possibilidade de abertura por digital para até 100 usuários;
- Possibilidade de abertura por tags de aproximação para até 100 tags;
- Com, pelo menos, 2 chaves mecânicas de abertura, para casos de emergência;

- Possibilidade de abertura com bateria de 9V em caso de esgotamento das pilhas internas;
- Compatível com portas de 30 a 60mm de espessura;
- Pelo menos, 2 anos de garantia.
- **Marca INTELBRAS**

GRAVADOR (NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA

- Suporte para câmeras IP PoE;
- Suporte para 16 canais de câmeras IP (Portas PoE);
- Com 16 portas POE;
- Gravador digital de imagem;
- Interface de rede Gigabit Ethernet;
- Reconhecimento automático das câmeras IPs com protocolo compatível com sistemas nacionais e Onvif;
- Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif;
- Suporte a câmeras de outras marcas e Onvif;
- Saídas de vídeo 1 HDMI e/ou 1 VGA;
- Quantidade de canais exibidos na tela 1, 4, 8, 9, 16;
- Controle de contas de usuário com permissões de acesso ao sistema;
- Sistema de compressão dos arquivos H.265/H.264/MJPEG;
- Capacidade de armazenamento de 16TB ou superior;
- Vir com 2 HDs 8TB ou superior;
- Ventilação interna;
- **Marca INTELBRAS.**

CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD

- Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif;
- Compatível com protocolos HDCVI, AHD-H, HDTVI e analógico;
- Alimentação P4 fêmea(12V);
- CMOS com varredura progressiva;
- Obturador eletrônico automático;
- Monitoramento remoto simultâneo;
- Vídeo com resolução FULL HD (1080p);
- Compressão de vídeo H.265/H.264/H.264B/H.264H/MJPEG;
- Taxa de frames 1 a 30 FPS;
- Ângulo de abertura vertical maior ou igual a 50°;
- Ângulo de abertura horizontal maior ou igual a 90°;
- Proteção ip67;
- Alcance IR 30 metros;
- Para uso interno e externo;
- **Marca INTELBRAS.**

CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD

- Protocolos suportados compatíveis com sistemas nacionais e Onvif;
- Alimentação PoE (Power over Ethernet);
- Alimentação P4 fêmea (12V);
- CMOS com varredura progressiva;
- Obturador eletrônico Automático;
- Monitoramento remoto simultâneo;
- Vídeo com resolução mínima de 2 megapixel (1920 × 1080)/16:9 D1
- (704 × 480)/22:15 CIF (352 × 240)/22:15;
- Compressão de vídeo H.265/H.264/H.264B/H.264H/MJPEG ou superior;
- Taxa de frames 1 a 30 FPS;
- Interface RJ45 10M/100M;
- Ângulo de abertura horizontal maior ou igual a 85°;
- Alcance IR 20 metros;
- **Marca INTELBRAS.**

DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV

- Deve ter capacidade de 12 TB de armazenamento;
- Deve ser do tipo *HD WD Purple(compatível com sistemas CFTV)*

<ul style="list-style-type: none"> • Com interface SATA de 6 Gb/s; • Tamanho de 3,5 polegadas; • Pelo menos, 3 anos de garantia; • Compatível com RoHS(Restrição de Substâncias Perigosas); • Com desempenho de 7200 RPM.
<p align="center">DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deve ter capacidade de 8 TB de armazenamento; • Deve ser do tipo <i>HD WD Purple(compatível com sistemas CFTV)</i>; • Com interface SATA de 6 Gb/s; • Tamanho de 3,5 polegadas; • Pelo menos, 3 anos de garantia; • Compatível com RoHS (Restrição de Substâncias Perigosas); • Com desempenho de 7200 RPM.
<p align="center">FONTE COLMEIA 10A 12V</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com filtro antirruído; • Para até 32 câmeras; • Com tensão de saída ajustável automaticamente; • Para consumo de até 10A; • Para uso em 12V; • Com 2 anos de garantia.
<p align="center">CAIXA (300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabo de rede Cat.5e.
<p align="center">CONECTOR RJ45</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conector RJ45; • Marca INTELBRAS.
<p align="center">CONECTOR BALUM PASSIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com engate de pressão; • Com transmissão BNC macho; • Para cabos cat 5 ou superior; • Compatível com vídeo analógico tradicionais, HD, FULL HD, 4MP e 4K; • Marca INTELBRAS.

2. Garantia

2.1 Deve ser concedido garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo troca, substituição ou reposição de equipamentos entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com o solicitado, conforme a descrição do Termo de Referência;

2.2 A substituição de equipamentos defeituosos deverá ser feita por outro item com qualidade igual ou superior, através de documentação comprovando a disponibilidade da empresa na substituição, com a validade, lote, marca, quantidade a serem trocadas e só podendo ser efetuada com aprovação prévia do contratante, sem custo adicional para o contratante;

Acionamento da garantia

2.3 A abertura de chamado ocorrerá por telefone ou e-mail fornecido pelo contratado, devendo ser gerado número de protocolo.

2.4 No decorrer da garantia de aquisição, serão de responsabilidade da Contratada todos os custos de frete e seguro de transporte para remoção e envio do item.

2.5 O não cumprimento das garantias técnicas, assistências e existência de representantes habilitados para cumprimento da garantia, ocasionarão uma multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

3. Da indicação de marca

3.1 O Setor Técnico solicitou a indicação da marca Intelbras para os itens 01, 02, 03, 04, 09 e 10 considerando a justificativa presente no Justificativa Indicação de Marca (37026795), conforme segue:

"Considerando a necessidade de aquisição de câmeras de segurança e fechaduras eletrônicas destinadas à ampliação do sistema de videomonitoramento e controle de acesso já existente nesta instituição, **justifica-se a escolha da marca Intelbras** pelos motivos técnicos e operacionais a seguir expostos:

O sistema atualmente em operação é composto integralmente por equipamentos da referida marca, sendo todos integrados à infraestrutura e softwares específicos fornecidos pela mesma. A adoção de equipamentos de outra marca poderia implicar **incompatibilidade de comunicação, dificuldades de integração com o sistema atual, aumento de custos de manutenção, necessidade de treinamento adicional de equipe técnica e risco de perda de funcionalidades** já consolidadas.

A escolha da mesma marca visa garantir a **padronização tecnológica, a interoperabilidade entre os equipamentos já instalados e os novos dispositivos**, além de facilitar a **gestão, manutenção e suporte técnico** do sistema. Ressalta-se que a marca escolhida possui **assistência técnica autorizada e suporte local**, assegurando maior agilidade em eventuais manutenções e reposições.

Dessa forma, a definição da marca Intelbras mostra-se **tecnicamente necessária e economicamente vantajosa**, pois evita retrabalhos, incompatibilidades e gastos adicionais com adequações de software e hardware, assegurando a continuidade e a eficiência do sistema de videomonitoramento existente."

3.2 Assim, a indicação de marca está de acordo com o Art. 41, I, a, da 14.133/21.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

4. Demais requisitos

4.1 Os equipamentos deverão ser conferidos no ato da entrega pelos fiscais do contrato, não podendo, em hipótese alguma, a transportadora dificultar, impedir ou restringir a realização do procedimento de conferência pelos responsáveis designados;

4.2 A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira, no horário das **08h00 às 12h00**.

5. Solicitação de Amostra do Bem

5.1 Não será necessário o fornecimento de amostras.

6. Possibilidade de Subcontratação

6.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.

7. Dos prazos:

7.1 Os itens deverão ser entregues em até 30 dias úteis, a contar da assinatura do Contrato.

8. Do local de entrega:

8.1 O endereço de entrega dos equipamentos poderão ser nos seguintes endereços, a critério da Administração:

- Nova sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte: Rua dos Campos, s/n, bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP: 59.072-103, no horário das 08h00 às 12h00; ou

- Antiga sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte: Av. Duque de Caxias, nº 97, bairro Ribeira, Natal/RN, CEP: 59.010-200, no horário das 08h00 às 12h00.

9. Da vigência contratual

9.1 O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável nos parâmetros da Lei nº 14.133.

9.2 A entrega dos itens em sua totalidade encerra a vigência contratual.

5. Estimativa da quantidade para a contratação:

Com a finalidade de obter uma estimativa adequada das quantidades de equipamentos necessários, especialmente para atender às unidades regionais e postos avançados do órgão, considerando que a nova sede já possui contrato específico com objeto semelhante ao deste processo, foi instaurado o processo relacionado nº 039100139.000015/2025-21, com o objetivo de consultar os gestores locais acerca da necessidade de ampliação do número de câmeras de videomonitoramento e da eventual demanda por maior controle de acesso em determinados ambientes, mediante a instalação de fechaduras digitais.

Dessa forma, foram identificadas as seguintes necessidades, as quais este núcleo analisa e ratifica como pertinentes

1. **Nova sede:** Não há necessidade de aquisição ou instalação de novos equipamentos, uma vez que o sistema de videomonitoramento e controle de acesso do prédio já se encontra integralmente contemplado por contrato

- específico vigente;
- Regional Caicó:** Conforme manifestação apresentada no processo relacionado Sei nº 039100139.000015/2025-21,a unidade destacou a necessidade de instalação de 7 (sete) câmeras adicionais e 4 (quatro) fechaduras eletrônicas (Despacho, id: 36706396). Para as novas câmeras será utilizado um gravador de imagens remanejado da sede antiga da Polícia Científica/RN;
 - Regional Mossoró:** Conforme solicitado via processo relacionado Sei nº 039100139.000015/2025-21, a unidade indicou a necessidade de instalação de 5 (cinco) câmeras adicionais e 2 (duas) fechaduras eletrônicas (Despacho SEI nº 36795975). Para a operação das novas câmeras será utilizado gravador de imagens remanejado da antiga sede da Polícia Científica/RN;
 - Regional Pau dos Ferros:** Conforme solicitado via processo relacionado Sei nº 039100139.000015/2025-21,a unidade indicou a necessidade de instalação de 2 (duas) câmeras adicionais e 2 (duas) fechaduras eletrônicas (Despacho Sei nº 36843757). Para a operação das novas câmeras será utilizado gravador de imagens remanejado da antiga sede da Polícia Científica do RN;
 - Laboratório de Genética Forense (DNA):** A unidade informou que não há necessidade de ampliação do sistema de videomonitoramento ou de controle de acesso neste momento.
 - Posto Avançado Parnamirim:** Esta unidade encontra-se atualmente em fase de construção. Assim, foi utilizada a planta baixa do imóvel (Sei nº 36866447) para definição dos pontos de instalação e da quantidade de equipamentos necessários. Sendo assim, estimou-se a necessidade de 16 (dezesesseis) câmeras de videomonitoramento, 1 (um) gravador de imagens e 3 (três) fechaduras eletrônicas.
 - Núcleo de Controle e monitoramento:** O setor possui uma sala de monitoramento adicional localizada fora da nova sede, sendo necessária a instalação de 2 (duas) câmeras e 2 (duas) fechaduras eletrônicas para reforço do controle de acesso e monitoramento do ambiente.

Adicionalmente, com o objetivo de melhorar a capacidade de armazenamento de imagens do sistema de videomonitoramento do órgão, que atualmente possui uma média aproximada de 28 dias de retenção de gravações, pretende-se ampliar esse período para cerca de 40 dias.

Para tanto, torna-se necessária a aquisição de discos rígidos (HDs) específicos para sistemas de CFTV. Com base na análise dos gravadores atualmente em uso no órgão, bem como na previsão de ampliação do sistema, conforme demonstrado na tabela abaixo, chegou-se à estimativa de necessidade de 4 (quatro) HDs de 12TB e 2 (dois) HDs de 8TB.

A estratégia de distribuição desses equipamentos foi definida de forma a otimizar a capacidade de armazenamento de cada gravador, considerando tanto a capacidade suportada por cada equipamento quanto o número de baias disponíveis para instalação de discos rígidos. Dessa forma, busca-se maximizar o tempo médio de retenção das gravações no sistema de videomonitoramento institucional.

Por fim, destaca-se que, na tabela apresentada, os HDs indicados em vermelho correspondem aos equipamentos a serem adquiridos, enquanto os indicados em verde representam unidades que serão remanejadas entre os gravadores existentes, os quais estão distribuídos nas unidades regionais da Polícia Científica do RN.

PANORAMA ATUAL						
GRAVADOR	QTD. HDs	CAP. POR HD	QTD. HD ATUAL	HDs ATUAIS	TOTAL HDs ATUAIS	
NVD 3316 P	2	14TB	1	8TB	4TB	3
NVD 3316 P	2	14TB	1	8TB	8TB	4
NVD 3316 P	2	14TB	1	8TB		
HDCVI 1016 G2	1	8TB	1	4TB		
HDCVI 1016 G2	1	8TB	1	4TB		
NVD 3116 P	2	12TB	1	8TB		
MHDX 1116	1	14TB	1	4TB		

UPGRADE						
GRAVADOR	HD_01	HD_02	CAP. TOTAL	HD A ADD	TOTAL HDs ATUAIS	
NVD 3316 P	12TB	4TB			4TB	3
NVD 3316 P	12TB	4TB			8TB	4
NVD 3316 P	12TB	4TB				
HDCVI 1016 G2	8TB	-			TOTAL HDs A ADICIONAR	
HDCVI 1016 G2	8TB	-			12TB	4
NVD 3116 P	8TB	8TB				
MHDX 1116	12TB	-				

Diante das informações levantadas junto às unidades do órgão, é possível estimar, com adequado grau de confiabilidade, a quantidade de equipamentos necessários, conforme apresentado na tabela a seguir.

ITEM	EQUIPAMENTO	R. CAICÓ	R. MOSSORÓ	R. PAU DOS FERROS	DNA	P. PARNAMIRIM	NUCOM	REPOSIÇÃO	TOTAL
01	FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA	4	2	2	0	3	3	1	15

02	GRAVADOR(NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA	0	0	0	0	1	0	0	1
03	CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD	7	5	0	0	0	0	2	14
04	CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD	0	0	0	0	16	2	2	20
05	DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV	1	1	1	1	0	0	0	4
06	DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV	0	0	0	0	0	0	2	2
07	FONTE COLMEIA 10A 12V	0	0	0	0	0	1	1	2
08	CAIXA(300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV	0	0	0	0	2	0	1	3
09	CONECTOR RJ45	0	0	0	0	32	4	16	50
10	CONECTOR BALUM PASSIVO	14	10	0	0	0	0	3	27

Observação: A coluna “Reposição” considera itens adicionais destinados à substituição de equipamentos do mesmo modelo que já se encontram em fase final de vida útil, em razão do longo período de utilização. Ademais, os itens 7, 8, 9 e 10 correspondem a materiais acessórios necessários para a adequada instalação e funcionamento dos demais equipamentos.

Assim, de forma resumida, o quantitativo necessário:

ITEM	EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADE
GRUPO 1 - ITENS DE VÍDEO E SEGURANÇA			
01	FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA	Unidade	15
02	GRAVADOR(NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA	Unidade	1
03	CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD	Unidade	14
04	CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD	Unidade	20
GRUPO 2 - ITENS DE TI E PARA CFVT			
05	DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV	Unidade	4
06	DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV	Unidade	2
07	FONTE COLMEIA 10A 12V	Unidade	2
08	CAIXA(300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV	Unidade	3
09	CONECTOR RJ45	Unidade	50
10	CONECTOR BALUM PASSIVO	Unidade	27

Para consolidar o quantitativo, as solicitações das regionais e comprovantes foram unificados no Comprovante do Quantitativo (37024164), além de estarem disponíveis nos IDs referenciados.

As consultas realizadas junto aos gestores das unidades regionais tiveram como finalidade identificar necessidades operacionais relacionadas ao sistema de videomonitoramento e controle de acesso, especialmente quanto à existência de áreas sem cobertura, surgimento de novos ambientes críticos, alterações estruturais nas edificações e identificação de eventuais pontos cegos decorrentes de modificações físicas nos imóveis.

Ressalta-se, contudo, que os quantitativos propostos não foram definidos exclusivamente com base nas solicitações encaminhadas pelas unidades. Todas as demandas apresentadas pelos gestores locais foram submetidas à análise e validação técnica por este setor, que avaliou individualmente cada solicitação e concordou com sua pertinência técnica, por se enquadrarem nos critérios operacionais e de segurança adotados pela Administração para implantação e expansão dos sistemas de videomonitoramento e controle de acesso.

Os estudos realizados priorizaram, principalmente:

- monitoramento de áreas externas e perímetros das edificações;
- controle de acessos principais;
- cobertura de áreas de grande circulação de pessoas;
- monitoramento de ambientes críticos e locais de manuseio de vestígios;
- redução de pontos cegos identificados após alterações estruturais;
- e reforço da segurança orgânica e patrimonial das unidades.

Como exemplo, na unidade regional de Caicó, verificaram-se alterações estruturais que resultaram em perda parcial de cobertura de determinadas áreas externas, demandando reposicionamento e ampliação de pontos de monitoramento. De igual modo, determinados ambientes críticos, como salas de necropsia, demandam vigilância contínua em razão da necessidade de preservação da cadeia de custódia e segurança operacional das atividades desempenhadas.

No caso de unidades ainda em fase de implantação, como o futuro posto avançado de Parnamirim, o dimensionamento dos equipamentos foi realizado com base na análise da planta baixa da edificação, observando os mesmos critérios técnicos de cobertura utilizados nas demais unidades, especialmente quanto à proteção perimetral, áreas de circulação, acessos estratégicos e ambientes operacionais sensíveis.

Quanto aos itens acessórios e componentes complementares, os quantitativos foram definidos a partir de levantamento técnico individualizado dos equipamentos atualmente instalados nas unidades da PCI/RN, considerando compatibilidade, necessidade operacional e objetivos específicos de atualização e padronização dos sistemas existentes.

A título de exemplo, os discos rígidos (HDs) foram dimensionados após análise individual das capacidades de armazenamento dos diferentes modelos de gravadores atualmente utilizados pelo órgão, objetivando ampliar e padronizar o período de retenção das imagens para prazo superior a 50 dias em todas as unidades. O próprio Documento de Formalização da Demanda contém tabela detalhada com os modelos existentes, respectivas capacidades e distribuição planejada dos equipamentos a serem adquiridos.

Por fim, informa-se que os demais itens acessórios previstos na contratação correspondem a componentes necessários à instalação, atualização, expansão e adequado funcionamento dos sistemas atualmente existentes nas unidades da PCI/RN, possuindo relação direta com a operacionalização da solução pretendida.

6. Estimativa do valor da contratação:

A estimativa do valor da contratação foi elaborada mediante prévia pesquisa de preços realizada por meio da plataforma Banco de Preços, ferramenta utilizada pela Administração Pública para consulta e consolidação de valores praticados em contratações similares, conforme o id: 37024181.

A pesquisa foi realizada com base em dados extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, contemplando contratações públicas recentes de objetos com características equivalentes ao pretendido, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Para a definição do valor estimado da contratação foi adotado o método da média aritmética dos preços obtidos, conforme metodologia apresentada nos relatórios emitidos pela plataforma de pesquisa de preços.

Os valores identificados foram consolidados em Mapa de Pesquisa de Preços, constante nos autos do processo administrativo, considerando os quantitativos estimados para aquisição. Dessa forma, o valor total estimado da contratação corresponde a **R\$ 69.818,04 (sessenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais e quatro centavos)**, conforme Pesquisa de Preços prévia, conforme o id: 40039020.

7. Levantamento de Mercado:

Inicialmente, os bens a serem adquiridos são de natureza comum e amplamente disponíveis no mercado. Suas especificações técnicas foram elaboradas com base em padrões usuais, garantindo que os itens sejam de fácil acesso.

A possibilidade de variação se concentra principalmente no requisito de qualidade, o que foi devidamente considerado ao se desenvolver especificações claras e completas.

Para viabilizar a aquisição desses **equipamentos de videomonitoramento** e assegurar economicidade e eficiência, foi realizado um levantamento de mercado que incluiu as seguintes etapas:

Pesquisa de Preços

- **Cotações:** foram solicitadas cotações a fornecedores especializados em **equipamentos de videomonitoramento**;
- **Bancos de Preços Públicos:** foi consultado o software Banco de Preços para obter parâmetros de valores praticados na Administração Pública.

Soluções Disponíveis no Mercado

- **Fornecedores e Fabricantes:** o mercado apresenta uma ampla gama de **equipamentos de videomonitoramento** que atendem aos requisitos do órgão, com opções que variam em qualidade e preço.
- **Contratações de outros Órgãos:** foi avaliada a possibilidade de adesão a atas de registro de preços de outros órgãos públicos. Contudo, não foram identificadas atas que atendam integralmente às demandas específicas do órgão.

Dessa forma, o processo de aquisição busca assegurar a transparência, eficiência e o atendimento pleno às necessidades do órgão, alinhando-se às melhores práticas de gestão pública.

Ademais, deve-se observar as opções disponíveis no mercado:

1. Aquisição com Instalação Interna pelo Núcleo de Controle e Monitoramento

Descrição: A aquisição dos equipamentos é realizada diretamente pela instituição, com posterior instalação e manutenção conduzidas pela equipe interna do Núcleo de Controle e Monitoramento, composta por profissionais capacitados e certificados.

Vantagens:

- **Controle Total:** A equipe interna mantém o controle completo sobre o processo, desde a escolha dos equipamentos até a instalação e manutenção.
- **Customização:** Possibilidade de adaptar o sistema às necessidades específicas da instituição, garantindo uma solução sob medida.
- **Economia a Longo Prazo:** Embora o investimento inicial seja maior, os custos operacionais tendem a ser menores ao longo do tempo, uma vez que não há necessidade de pagamentos recorrentes.
- **Segurança e Conformidade:** Profissionais internos estão mais familiarizados com as políticas de segurança e conformidade da instituição, garantindo que o sistema esteja em conformidade com as normas internas e externas.

Considerações:

- **Investimento Inicial:** Requer um investimento inicial considerável para a aquisição dos equipamentos e treinamento da equipe.
- **Responsabilidade:** Toda a responsabilidade pela manutenção e atualização do sistema recai sobre a instituição.

2. Locação de Equipamentos de Segurança Eletrônica

Descrição: Empresas especializadas oferecem a locação de equipamentos de segurança eletrônica por um período determinado, incluindo instalação, manutenção e suporte técnico.

Vantagens:

- **Baixo Investimento Inicial:** Permite à instituição acessar tecnologia de ponta sem a necessidade de um grande desembolso inicial.
- **Suporte Técnico Incluso:** A locadora geralmente oferece suporte técnico contínuo, garantindo o bom funcionamento dos equipamentos.
- **Atualização Tecnológica:** Facilidade para atualizar os equipamentos conforme novas tecnologias se tornam disponíveis.

Considerações:

- **Custos Recorrentes:** Pagamentos mensais ou anuais podem se acumular ao longo do tempo, resultando em um custo total superior ao da aquisição.
- **Dependência de Terceiros:** A instituição fica dependente da empresa locadora para manutenção e suporte, o que pode afetar a agilidade na resolução de problemas.

3. Compra com Instalação pelo Fornecedor

Descrição: A instituição adquire os equipamentos diretamente do fornecedor, que também é responsável pela instalação e, em alguns casos, pela manutenção.

Vantagens:

- **Solução Completa:** O fornecedor oferece uma solução "chave na mão", facilitando o processo de implementação.
- **Garantia e Suporte:** Equipamentos geralmente vêm com garantia do fabricante e suporte técnico durante o período de garantia.

Considerações:

- **Custo Inicial:** Semelhante à aquisição com instalação interna, requer um investimento inicial significativo.
- **Menor Flexibilidade:** A instituição pode ter menos flexibilidade para personalizar o sistema conforme suas necessidades específicas.

4. Aquisição com Instalação por Empresa Terceirizada

Descrição: A instituição adquire os equipamentos e contrata uma empresa terceirizada para realizar a instalação e, possivelmente, a manutenção.

Vantagens:

- **Especialização:** Empresas especializadas podem oferecer uma instalação mais eficiente e profissional.
- **Redução de Responsabilidade Interna:** A instituição delega parte da responsabilidade para a empresa contratada.

Considerações:

- **Custos Adicionais:** Além do custo dos equipamentos, há a despesa com a contratação da empresa terceirizada.
- **Dependência de Terceiros:** Semelhante à locação, há dependência de terceiros para manutenção e suporte.

Após análise das alternativas disponíveis, a opção de **aquisição com instalação interna pelo Núcleo de Controle e Monitoramento** se destaca como a mais vantajosa para a instituição.

Principais Motivos:

- **Controle e Autonomia:** A equipe interna mantém o controle total sobre o sistema, garantindo que ele atenda às necessidades específicas da instituição e esteja alinhado às políticas internas.
- **Economia a Longo Prazo:** Embora o investimento inicial seja maior, a ausência de custos recorrentes com locação ou contratação de terceiros resulta em economia no longo prazo.
- **Segurança e Conformidade:** Profissionais internos estão mais familiarizados com as políticas de segurança e conformidade da instituição, garantindo que o sistema esteja em conformidade com as normas internas e externas.
- **Flexibilidade e Personalização:** A equipe interna tem a capacidade de adaptar e personalizar o sistema conforme as mudanças nas necessidades da instituição.

Portanto, esta abordagem oferece à instituição uma solução robusta, econômica e alinhada às suas necessidades específicas, garantindo a segurança e eficiência do sistema de segurança eletrônica.

5. Análise das Alternativas Disponíveis no Mercado e Justificativa da Solução Escolhida

Durante a fase de planejamento da contratação, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para atendimento da necessidade administrativa relacionada ao fortalecimento da infraestrutura de videomonitoramento e controle de acesso da Polícia Científica do Estado do Rio Grande do Norte.

A análise considerou aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de compatibilidade com a infraestrutura atualmente existente no órgão, buscando identificar a solução mais vantajosa à Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, foram avaliadas as seguintes alternativas:

a) Locação de equipamentos de videomonitoramento

A solução consistiria na contratação de empresa especializada para disponibilização dos equipamentos mediante pagamento mensal, incluindo eventual manutenção e substituição dos dispositivos.

Vantagens identificadas:

- menor investimento inicial;
- possibilidade de manutenção incluída na contratação;
- eventual atualização tecnológica periódica.

Desvantagens identificadas:

- maior custo global da contratação ao longo do tempo;
- dependência contínua de contratação terceirizada;
- ausência de incorporação patrimonial dos bens à Administração;
- risco de descontinuidade dos serviços ao término contratual;
- limitação da autonomia operacional do órgão.

Após análise, verificou-se que a locação não se mostra a alternativa mais vantajosa, considerando que a necessidade administrativa possui caráter contínuo e permanente.

b) Aquisição dos equipamentos com instalação por empresa terceirizada

Foi avaliada a possibilidade de contratação conjunta do fornecimento dos equipamentos com a prestação de serviços especializados de instalação e configuração da solução.

Todavia, verificou-se que o Núcleo de Controle e Monitoramento - NUCOM possui equipe técnica capacitada para realização das instalações e configurações necessárias, circunstância que torna desnecessária a contratação adicional de serviços terceirizados.

Além disso, a contratação de serviços especializados de instalação acarretaria aumento do custo global da contratação, sem benefício técnico proporcional para a Administração.

c) Aquisição definitiva dos equipamentos com instalação pela equipe técnica interna

A solução escolhida consiste na aquisição definitiva dos equipamentos de videomonitoramento, controle de acesso e infraestrutura correlata, com instalação e configuração realizadas pela equipe técnica do NUCOM.

Vantagens identificadas:

- menor custo global da solução no médio e longo prazo;
- incorporação dos equipamentos ao patrimônio público;
- maior autonomia administrativa e operacional;
- aproveitamento da capacidade técnica já existente no órgão;
- compatibilidade com a infraestrutura tecnológica atualmente utilizada;
- possibilidade de expansão futura do sistema;
- redução de custos com serviços terceirizados.

Adicionalmente, verificou-se que o mercado nacional possui ampla disponibilidade de equipamentos compatíveis com as especificações técnicas pretendidas, havendo pluralidade de fornecedores aptos ao fornecimento dos itens, fator que contribui para a competitividade do certame.

Observou-se, ainda, variação de preços entre fabricantes, modelos e fornecedores, especialmente em relação à capacidade de armazenamento, durabilidade, recursos tecnológicos embarcados, garantia e desempenho dos equipamentos. Em razão disso, foram definidos requisitos técnicos mínimos capazes de assegurar padrão adequado de qualidade, desempenho e compatibilidade, sem restrição indevida à competitividade.

Diante das análises realizadas, conclui-se que a aquisição definitiva dos equipamentos, com instalação realizada pela equipe técnica interna da Administração, representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa para atendimento da necessidade administrativa identificada.

8. Descrição da Solução como um todo:

A solução proposta para o sistema de controle de acesso do órgão consiste na implantação de um conjunto de equipamentos e sistemas de alta tecnologia, incluindo fechaduras digitais smart, câmeras e equipamentos acessórios para ampliação das capacidades atuais do órgão.

- Características Intrínsecas da Solução:

Estão descritas no tópico 4 deste ETP.

Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica:

Manutenção Preventiva: Não haverá contratação de manutenção preventiva, sendo prevista apenas assistência técnica durante o período de garantia.

Manutenção Corretiva: Caso seja possível manutenção corretiva no prazo da garantia, é de responsabilidade da contratada sua realização. Caso não seja possível, a contratada é responsabilizada pela troca do item defeituoso durante o prazo de garantia.

Suporte Técnico: O suporte técnico será necessário em caso de acionamento da garantia.

Justificativas Técnica e Econômica da Escolha da Solução:

Alta Tecnologia: A escolha por equipamentos de última geração assegura a qualidade e a eficiência do sistema de controle de acesso, dados e relatórios de acesso, além de funcionalidades avançadas que aumentam a segurança e a eficácia do nível de controle sobre os ambientes internos do órgão.

Integração e Escalabilidade: A solução proposta é escalável e compatível com outros sistemas de segurança e TI do órgão, permitindo futuras expansões e integrações sem necessidade de reestruturações significativas.

Justificativa Econômica:

Custo-Benefício: Apesar do investimento inicial ser significativo, a durabilidade e a eficiência energética dos equipamentos resultam em economia a longo prazo, com menores custos de manutenção e operação.

Redução de Riscos: A implementação de um sistema de controle de acesso eficaz e melhoria ampliação do sistema de câmeras de segurança reduz os riscos de incidentes de acesso não autorizado, evitando acessos indevidos, os quais poderiam ensejar questionamentos sobre a cadeia de custódia.

A solução proposta para a contratação de equipamentos de controle de acesso e de videomonitoramento atende às necessidades operacionais e de segurança do órgão, proporcionando uma infraestrutura robusta, confiável e escalável.

Ademais, deve-se observar o ciclo de vida do objeto, considerando a aquisição, uso e descarte dos itens:

1. Aquisição

Etapas:

- **Planejamento:** Identificação das necessidades da instituição, elaboração de especificações técnicas e orçamento.
- **Seleção de Fornecedores:** Pesquisa e escolha de fornecedores que ofereçam produtos de qualidade, com certificações ambientais e que atendam às normas brasileiras.
- **Compra:** Aquisição dos equipamentos, como fechaduras digitais, câmeras de segurança, discos rígidos, fontes de alimentação, conectores e cabos de rede.

Considerações Ambientais:

- **Certificações Ambientais:** Optar por fornecedores que possuam certificações como ISO 14001, que atestam o compromisso com a gestão ambiental.
- **Eficiência Energética:** Priorizar equipamentos com baixo consumo energético, contribuindo para a redução da pegada de carbono da instituição.

2. Uso

Etapas:

- **Instalação:** Realização da instalação dos equipamentos pela equipe interna do Núcleo de Controle e Monitoramento, garantindo a adequação às necessidades da instituição.
- **Operação:** Utilização diária dos sistemas de segurança, monitoramento e controle de acessos.
- **Manutenção:** Execução de manutenções preventivas e corretivas para assegurar o funcionamento adequado dos equipamentos.

Considerações Ambientais:

- **Eficiência Operacional:** Manter os sistemas atualizados e calibrados para garantir o uso eficiente dos recursos e prolongar a vida útil dos equipamentos.
- **Treinamento:** Capacitar os usuários para o uso adequado dos sistemas, evitando danos e desperdícios.

3. Descarte

Etapas:

- **Avaliação:** Identificação dos equipamentos que atingiram o fim de sua vida útil ou que não atendem mais às necessidades da instituição.
- **Descarte:** Realização do descarte adequado dos equipamentos, conforme as normas ambientais vigentes.

Considerações Ambientais:

- **Logística Reversa:** Participar de programas de logística reversa, devolvendo os equipamentos para os fabricantes ou distribuidores para reaproveitamento ou reciclagem.
- **Reciclagem:** Encaminhar os equipamentos para centros de reciclagem especializados, garantindo a destinação correta dos resíduos eletrônicos.

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

1. Fundamentação Jurídica do Agrupamento do Objeto

Nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, sempre que possível, o princípio do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Contudo, o mesmo dispositivo legal estabelece que o parcelamento somente deve ser adotado quando for técnica e economicamente viável, não devendo ser aplicado quando puder comprometer a eficiência da contratação ou gerar prejuízo ao conjunto do objeto.

Nesse mesmo sentido, a Súmula nº 247 da Advocacia-Geral da União (AGU) estabelece que o parcelamento do objeto deve ser adotado quando houver viabilidade técnica e econômica, não sendo obrigatório quando o fracionamento puder resultar em perda de economia de escala, dificuldades de execução contratual ou prejuízo à eficiência administrativa.

Assim, a Administração Pública deve avaliar, no planejamento da contratação, se o parcelamento efetivamente contribui para ampliar a competitividade e reduzir custos ou se, ao contrário, pode resultar em fragmentação excessiva do objeto, aumento de custos administrativos ou inviabilidade prática da contratação.

Dessa forma, a definição da forma de agrupamento dos itens deve considerar não apenas a possibilidade material de divisão do objeto, mas também aspectos relacionados à realidade do mercado fornecedor, à economicidade da contratação e à eficiência na execução do objeto.

2. Da Impossibilidade de Parcelamento Considerando a Análise de Mercado

A presente contratação tem por objeto a **aquisição de equipamentos destinados à implantação de sistema de videomonitoramento**, incluindo câmeras, gravador de vídeo (NVR), unidades de armazenamento, cabeamento estruturado, conectores e demais componentes necessários ao funcionamento da solução.

Embora os itens sejam tecnicamente individualizáveis, a análise de mercado realizada durante a fase de planejamento demonstrou que **a contratação por item não se mostra economicamente vantajosa**, podendo inclusive comprometer a competitividade do certame.

Isso ocorre porque diversos itens possuem **baixo valor global quando considerados isoladamente**, tornando pouco atrativa sua contratação individualizada para fornecedores, considerando os custos administrativos, logísticos e operacionais envolvidos na participação em licitações públicas.

A análise da pesquisa de preços evidencia essa realidade:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total	Análise de Mercado quanto ao Parcelamento
9	Conector RJ45	50	R\$ 1,88	R\$ 94,00	Valor total extremamente reduzido, tornando economicamente inviável a participação de fornecedores em licitação isolada.
7	Fonte colmeia 10A 12V	2	R\$ 97,00	R\$ 194,00	Baixa atratividade econômica quando licitado isoladamente, considerando custos logísticos e administrativos.
10	Conector Balun passivo	27	R\$ 29,37	R\$ 792,90	Item de baixo valor agregado, normalmente comercializado em conjunto com equipamentos de CFTV.
3	Câmera analógica bullet Full HD	14	R\$ 213,33	R\$ 2.986,62	Equipamento geralmente adquirido em conjunto com gravadores e infraestrutura de monitoramento.
8	Caixa cabo rede CAT5e	3	R\$ 899,32	R\$ 2.697,97	Item de infraestrutura complementar do sistema de videomonitoramento.
2	Gravador NVR 16 canais	1	R\$ 3.432,16	R\$ 3.432,16	Equipamento central do sistema, dependente de câmeras e infraestrutura de rede para funcionamento.

Observa-se que alguns itens apresentam **valores totais inferiores a R\$ 100,00 ou R\$ 200,00**, o que demonstra que sua licitação individualizada geraria objetos de valor extremamente reduzido.

Na prática, isso tende a resultar em:

- baixo interesse de fornecedores em participar do certame;
- risco de itens desertos ou fracassados;
- necessidade de repetição de procedimentos licitatórios;
- aumento de custos administrativos para a Administração;
- atraso na implantação do sistema de videomonitoramento.

Além disso, a dinâmica do mercado demonstra que empresas que atuam no setor de segurança eletrônica e CFTV comercializam esses componentes como parte de soluções integradas, fornecendo kits completos de monitoramento que incluem câmeras, gravadores, armazenamento, cabeamento e conectores.

Dessa forma, a contratação em conjunto desses itens permite **ganhos de escala, redução de custos logísticos e maior compatibilidade entre os equipamentos**, além de aumentar a atratividade do certame para fornecedores do setor.

Assim, considerando os resultados da pesquisa de mercado e a estrutura de preços identificada, conclui-se que o parcelamento por item não se mostra técnica nem economicamente vantajoso, podendo comprometer a competitividade e a eficiência da contratação.

Diante disso, a adoção da contratação em lote único mostra-se a alternativa mais adequada para garantir a efetividade da licitação, a participação de fornecedores especializados e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. Da Justificativa pela Compatibilidade Técnica dos Materiais e Segmentação de Mercado

A divisão do objeto em dois grupos distintos foi definida considerando não apenas aspectos de mercado e economicidade, mas também a compatibilidade técnica e funcional entre os equipamentos e materiais que compõem o sistema de videomonitoramento, bem como a necessidade de não restringir a competitividade do certame.

O **Grupo 1 - Itens de Vídeo e Segurança** reúne os equipamentos diretamente responsáveis pela captura, processamento e gerenciamento das imagens do sistema de monitoramento, incluindo o gravador de vídeo em rede (NVR), câmeras de vigilância e fechaduras digitais inteligentes.

Esses dispositivos constituem os elementos centrais da solução de videomonitoramento, sendo responsáveis pela geração e gerenciamento das informações de segurança.

Por sua vez, o **Grupo 2 - Itens de TI e Infraestrutura para CFTV** contempla os componentes necessários para o funcionamento da infraestrutura tecnológica do sistema, tais como discos rígidos para armazenamento das imagens captadas, fontes de alimentação, cabeamento estruturado e conectores de rede e de vídeo, os quais garantem a transmissão, alimentação elétrica e armazenamento dos dados gerados pelos equipamentos principais.

Essa divisão observa a própria lógica de funcionamento dos sistemas de CFTV, nos quais há distinção entre:

- equipamentos ativos de videomonitoramento, responsáveis pela captura e gerenciamento das imagens;
- componentes de infraestrutura de rede e armazenamento, responsáveis pela transmissão, alimentação elétrica e guarda das informações geradas pelo sistema.

Além disso, a estruturação do objeto nesses dois grupos também foi definida considerando a segmentação do mercado fornecedor, uma vez que existem empresas especializadas predominantemente no fornecimento de equipamentos de segurança eletrônica e videomonitoramento, enquanto outras atuam com maior especialização na comercialização de componentes de tecnologia da informação, armazenamento e infraestrutura de rede.

Caso todos os itens fossem agrupados em um único lote, poderia ocorrer restrição indevida à competitividade, pois fornecedores que atuam apenas em um desses segmentos poderiam ficar impossibilitados de participar do certame.

Dessa forma, a divisão adotada busca equilibrar dois objetivos fundamentais da contratação pública:

- garantir a compatibilidade técnica e funcional entre os itens que compõem cada grupo, preservando a coerência da solução tecnológica; e
- ampliar a competitividade da licitação, permitindo a participação de empresas especializadas em cada segmento de mercado.

Assim, a organização dos itens em Grupo 1 - Itens de Vídeo e Grupo 2 - Itens de TI e Infraestrutura para CFTV mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e alinhada aos princípios da competitividade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

10. Demonstrativo dos Resultados pretendidos:

A presente contratação tem como objetivo proporcionar melhorias significativas na segurança institucional, bem como garantir maior eficiência na utilização dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

1. Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade

A aquisição de equipamentos de videomonitoramento com padrões adequados de qualidade, desempenho e durabilidade proporcionará maior vida útil dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, minimizando custos futuros com novas aquisições, manutenção corretiva e interrupções operacionais.

2. Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

A implementação do sistema de videomonitoramento permitirá a otimização das atividades da equipe responsável pela segurança institucional, possibilitando:

- Monitoramento mais eficiente das dependências da instituição;
- Apoio tecnológico à tomada de decisões em situações de risco ou incidentes;
- Redução da necessidade de monitoramento presencial constante;
- Redistribuição das atividades da equipe de segurança para funções mais estratégicas e de maior valor agregado.

3. Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais

A solução a ser contratada deverá apresentar compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente, permitindo:

- Integração com os sistemas de segurança já utilizados pela instituição;
- Uso eficiente da infraestrutura de rede existente, evitando investimentos desnecessários em novas estruturas;
- Possibilidade de expansão futura do sistema, garantindo escalabilidade e maior aproveitamento dos recursos já instalados.

4. Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros

A contratação de solução com adequada relação custo-benefício permitirá a utilização eficiente dos recursos públicos disponíveis, garantindo maior retorno sobre o investimento realizado e contribuindo para a sustentabilidade financeira das ações voltadas à segurança institucional.

Conclusão

Com a implementação do sistema de videomonitoramento, espera-se aprimorar significativamente os níveis de segurança das instalações da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, além de promover maior eficiência na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros. Dessa forma, a solução proposta contribuirá para o fortalecimento da segurança institucional, para a prevenção de incidentes e para a melhoria das condições de trabalho

11. Providências a serem adotadas pela Administração:

Para assegurar a adequada implementação da solução proposta e o pleno atendimento das necessidades institucionais identificadas, a Administração deverá adotar as seguintes providências:

I - Dar prosseguimento às etapas da fase de planejamento da contratação, com a elaboração do Termo de Referência, observando-se as especificações técnicas, quantidades estimadas e requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar;

II - Realizar a pesquisa de preços, nos termos da legislação vigente e das orientações dos órgãos de controle, a fim de estimar o valor da contratação e subsidiar a definição do orçamento da licitação;

III - Promover a formalização do processo licitatório, adotando-se a modalidade e o critério de julgamento mais adequados ao objeto, observando os princípios da competitividade, economicidade e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021;

IV - Designar formalmente os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, que deverão acompanhar a execução contratual, verificar a conformidade dos equipamentos fornecidos com as especificações técnicas estabelecidas e assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada;

V - Planejar a logística de recebimento, conferência e armazenamento dos equipamentos, garantindo que a entrega ocorra nos locais previamente definidos e que seja realizada a verificação quantitativa e qualitativa dos itens fornecidos;

VI - Organizar a instalação e a integração dos equipamentos ao sistema de videomonitoramento existente, atividade que será realizada pela equipe técnica do Núcleo de Controle e Monitoramento, garantindo a adequada operacionalização da solução contratada;

VII - Promover o registro e a gestão patrimonial dos bens adquiridos, assegurando sua correta incorporação ao patrimônio da instituição.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais:

Impacto Ambiental	Descrição	Medidas de Mitigação
1. Consumo excessivo de energia elétrica	Equipamentos de segurança podem aumentar o consumo energético, contribuindo para a emissão de gases de efeito estufa.	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar equipamentos com selo Procel de eficiência energética; - Implementar sistemas de energia solar fotovoltaica para alimentar os dispositivos; - Utilizar fontes de alimentação com baixo consumo e alta eficiência.
2. Geração de resíduos eletrônicos (e-lixo)	Descarte inadequado de equipamentos obsoletos pode resultar em contaminação do solo e da água.	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer parcerias com empresas especializadas em logística reversa; - Implementar programas internos de coleta e descarte de equipamentos eletrônicos; - Promover a reciclagem de componentes como circuitos e baterias;
3. Emissão de gases de efeito estufa durante a produção	A fabricação de dispositivos eletrônicos envolve processos industriais que emitem CO ₂ e outros poluentes.	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar fornecedores que adotem práticas de produção sustentáveis; - Optar por equipamentos com certificações ambientais, como ISO 14001; - Avaliar o ciclo de vida dos produtos para escolher os de menor impacto ambiental.
4. Uso de materiais não recicláveis	Componentes como plásticos e metais pesados dificultam o reaproveitamento e aumentam o impacto ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> - Escolher equipamentos com materiais recicláveis ou biodegradáveis; - Incentivar fabricantes a desenvolver produtos com design para desmontagem e reciclagem; - Promover a pesquisa e desenvolvimento de novos materiais sustentáveis.
5. Poluição sonora durante a instalação	Atividades de instalação podem gerar ruídos que afetam a fauna local e a qualidade de vida das pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar as atividades de instalação para horários de menor impacto sonoro; - Utilizar equipamentos e ferramentas com controle de ruído; - Informar a comunidade local sobre os períodos e duração das obras.
6. Impacto visual e paisagístico	Instalações visíveis podem alterar a estética de ambientes urbanos ou naturais.	<ul style="list-style-type: none"> - Integrar os equipamentos ao design arquitetônico existente; - Utilizar câmeras e fechaduras com acabamentos que harmonizem com o ambiente; - Optar por soluções discretas e de baixo impacto visual.

7. Consumo de recursos naturais na produção	A fabricação de equipamentos requer matérias-primas como metais e plásticos, que são recursos finitos.	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar a compra de equipamentos com materiais de origem sustentável; - Incentivar a reutilização de componentes em novos produtos; - Apoiar iniciativas de economia circular na indústria eletrônica.
8. Emissão de radiação eletromagnética	Equipamentos como câmeras e sensores emitem radiação que, em níveis elevados, pode afetar a saúde humana e animal.	<ul style="list-style-type: none"> - Certificar-se de que os equipamentos atendem às normas de segurança, como a ANATEL no Brasil; - Manter os dispositivos a uma distância segura de áreas sensíveis; - Realizar manutenções periódicas para garantir o bom funcionamento e minimizar riscos.
9. Consumo de água na produção	A fabricação de dispositivos eletrônicos pode demandar grandes volumes de água, contribuindo para a escassez hídrica.	<ul style="list-style-type: none"> - Optar por fornecedores que adotem práticas de gestão eficiente da água; - Incentivar a reutilização de águas residuais nos processos produtivos; - Avaliar o ciclo de vida dos produtos para escolher os de menor consumo hídrico.
10. Desmatamento para extração de recursos	A obtenção de matérias-primas como metais preciosos pode levar ao desmatamento e perda de biodiversidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar o uso de materiais reciclados ou provenientes de fontes responsáveis; - Apoiar iniciativas que promovam a mineração sustentável; - Exigir certificações de origem responsável dos fornecedores.

13. Contratações correlatas ou interdependentes:

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

14. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

A análise de viabilidade para a contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos de videomonitoramento foi realizada com base nos estudos preliminares constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP), em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021. A presente declaração expressa a viabilidade da contratação, fundamentada nos elementos técnicos, jurídicos e orçamentários coletados ao longo da fase de planejamento.

• Viabilidade Técnica:

A contratação mostra-se tecnicamente viável, considerando que:

- Atende às necessidades institucionais de segurança e monitoramento patrimonial da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, conforme identificado no Estudo Técnico Preliminar;
- Os equipamentos especificados encontram-se disponíveis no mercado, com ampla oferta de fornecedores, e apresentam compatibilidade com a infraestrutura existente;
- As especificações técnicas foram definidas de forma a garantir desempenho adequado, durabilidade e integração com os sistemas existentes;
- A equipe técnica da instituição possui condições de acompanhar a execução contratual e operar os equipamentos, garantindo a adequada utilização da solução a ser contratada.

• Viabilidade Jurídica

A contratação apresenta viabilidade jurídica, tendo em vista que:

- Está em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- Observa os princípios que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Atende às normas pertinentes à gestão fiscal, conforme previsto na Lei Complementar nº 101/2000;
- Não foram identificados impedimentos legais ou administrativos que inviabilizem a realização da contratação.

• Viabilidade Orçamentária

A contratação também se mostra viável sob o aspecto orçamentário, considerando que há previsão de recursos para suportar a despesa decorrente da contratação, observadas as diretrizes da legislação orçamentária vigente e os instrumentos de planejamento da Administração

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:

Após a análise das informações levantadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação proposta mostra-se adequada, necessária e alinhada às demandas institucionais da Polícia Científica do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente no que se refere ao fortalecimento da segurança patrimonial, ao controle de acesso a ambientes sensíveis e à ampliação da capacidade de videomonitoramento das unidades administrativas e operacionais do órgão.

A solução escolhida, consistente na aquisição de equipamentos de videomonitoramento e controle de acesso, com instalação realizada pela equipe técnica interna do Núcleo de Controle e Monitoramento, demonstrou-se a alternativa tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa, quando comparada às demais soluções analisadas no levantamento de mercado, tais como locação de equipamentos ou contratação de instalação por empresa terceirizada.

A contratação permitirá ampliar a cobertura de monitoramento nas unidades regionais, melhorar a capacidade de armazenamento das gravações de imagens e reforçar o controle de acesso a áreas que demandam maior nível de segurança, como ambientes destinados à guarda de vestígios e materiais sensíveis, contribuindo diretamente para o fortalecimento dos procedimentos relacionados à cadeia de custódia e à proteção do patrimônio público.

Adicionalmente, a solução apresenta compatibilidade com a infraestrutura tecnológica já existente no órgão, possibilitando integração com os sistemas atualmente utilizados e garantindo maior eficiência na gestão e manutenção dos equipamentos, bem como a possibilidade de futuras expansões do sistema de segurança institucional.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação proposta é adequada para atender à necessidade administrativa identificada, apresentando viabilidade técnica, operacional e econômica, bem como observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

15. Responsáveis pela elaboração:

Luna Pimentel Mariano
Agente Técnico Forense
Chefe do Setor de Compras - SECOMP



Documento assinado eletronicamente por **Luna Pimentel Mariano, Agente Técnico Forense**, em 14/05/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41281470** e o código CRC **075F6215**.



POLÍCIA CIENTÍFICA DO RIO GRANDE DO NORTE
Rua dos Campos, s/n - Bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP 59072-103
Telefone: e Fax: @fax_unidade@

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 03910147.000964/2025-21

Unidade Gestora: [SECONT](#)

CONTRATO Nº XX/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO, QUE FAZEM ENTRE SI A POLÍCIA CIENTÍFICA DO RIO GRANDE DO NORTE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

O Estado do Rio Grande do Norte, através Polícia Científica do Rio Grande do Norte, PCi-RN, com sede à Rua dos Campos 293, Felipe Camarão, Natal/RN, inscrito no CNPJ/MF sob nº 05.067.810/0001- 89, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, MARCOS JOSÉ BRANDÃO GUIMARÃES, nomeado através do Termo de Posse, de 28 de janeiro de 2019, publicada no DOE nº 14.342, de 26 de janeiro de 2019, portador da matrícula funcional nº 167.856-6, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa, XXXXXXXXXXXX, com sede à XXXXX, nº XX - XXX CEP: XXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pela Sra. XXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos ou procuração apresentada nos autos, e daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 03910147.000964/2025-21 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de videomonitoramento para suprir as necessidades da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, com fulcro na Lei nº 14.133/21, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	FECHADURA DIGITAL SMART DE EMBUTIR COM MAÇANETA	Unidade	15		
02	GRAVADOR(NVR) 16 CANAIS POE COM 2 HDs 8 TB CADA	Unidade	1		
03	CÂMERA ANALÓGICA BULLET FULL HD	Unidade	14		
04	CÂMERA POE IP FIXA BULLET FULL HD	Unidade	20		
05	DISCO RÍGIDO 12TB PARA CFTV	Unidade	4		
06	DISCO RÍGIDO 8TB PARA CFTV	Unidade	2		
07	FONTE COLMEIA 10A 12V	Unidade	2		
08	CAIXA(300metros) CABO DE REDE CAT5E PARA CFTV	Unidade	3		
09	CONECTOR RJ45	Unidade	50		
10	CONECTOR BALUM PASSIVO	Unidade	27		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do**

contrato, com eficácia a após a publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico do órgão contratante, conforme disposições do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. Condições de fornecimento

3.2. A execução do objeto dar-se-á por meio do fornecimento e entrega dos equipamentos de videomonitoramento, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

3.3. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em suas embalagens originais e acompanhados de todos os manuais, cabos, acessórios e componentes necessários ao seu pleno funcionamento.

3.4. A contratada será responsável pelo transporte, entrega, descarregamento e disponibilização dos equipamentos, bem como por todos os custos decorrentes dessas atividades.

3.5. Prazo de entrega

3.6. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

3.7. A entrega deverá ocorrer em sua totalidade, salvo se houver justificativa aceita pela Administração para entrega parcial.

3.7.1. Local e horário de entrega

3.8. Os equipamentos deverão ser entregues em um dos seguintes endereços, a critério da Administração:

- Nova sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte – Rua dos Campos, s/n, bairro Felipe Camarão, Natal/RN, CEP: 59.072-103; ou
- Antiga sede da Polícia Científica do Rio Grande do Norte – Av. Duque de Caxias, nº 97, bairro Ribeira, Natal/RN, CEP: 59.010-200.

3.9. Nessas hipóteses, a contratada deverá realizar a substituição do item no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

- avarias ou danos decorrentes de transporte;
- defeitos de fabricação;
- entrega de equipamentos usados, recondicionados ou fora da embalagem original.

3.10. As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 12h00, salvo ajuste prévio com a Administração.

3.11. Condições de entrega

3.12. No ato da entrega, os equipamentos serão conferidos pelos fiscais do contrato, para verificação da conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.

3.13. Caso seja constatada qualquer das seguintes situações, os equipamentos poderão ser recusados pela Administração:

divergência em relação às especificações técnicas;

• DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.14. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.15. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro por simples apostila.

3.16. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, tais como e-mail institucional, para esse fim.

3.17. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.18. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com o objetivo de apresentar o plano de fiscalização do contrato, contendo informações acerca das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, método de aferição de resultados e eventuais sanções aplicáveis.

PREPOSTO

3.19. A contratada deverá designar formalmente um preposto para representá-la durante a execução do contrato, indicando no respectivo instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.20. A Administração poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou a manutenção do preposto designado, hipótese em que a contratada deverá indicar outro representante.

FISCALIZAÇÃO

3.21. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal ou fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

3.22. **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

3.23. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

3.24. Compete ao fiscal técnico:

3.24.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.24.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.24.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

3.24.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

3.24.5. O Fiscal Técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

a) **O servidor Izaias Remailles Silva de Paula, matrícula nº 223.350-9, será designado como Fiscal Técnico do Contrato.**

3.25. **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

3.26. O fiscal administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos da execução contratual.

3.26.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

3.26.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

3.27. **GESTOR DO CONTRATO**

3.27.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações contratuais para atendimento à finalidade da Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV).

3.27.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato acerca de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e das medidas adotadas, informando, quando necessário, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II).

3.27.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho da despesa e pagamento, registrando eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa em relatório de riscos. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III).

3.27.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao desempenho na execução contratual, com base em indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como às eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII).

3.27.5. O gestor do contrato adotará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização visando à aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021 ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X).

3.27.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação, bem como eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI).

3.27.7. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão contratual, nos termos do contrato.

a) A Servidora **Ana Patrícia Tavares Moreira, Mat.: 102.501-5**, será designada como gestora de contrato.

RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

3.28. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante

3.29. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

resultantes da execução do contrato.

3.30. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

3.31. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

3.32. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

3.33. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.34. Após a assinatura do contrato, emissão da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.35. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.36. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, III)

3.37. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 32.449, de 2022, art. 48, II).

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxxx, a ser pago de acordo com o fornecimento dos itens.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO

6.1. O recebimento do objeto ocorrerá na forma prevista nos arts. 140 e 143 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O objeto será recebido:

I - provisoriamente, pelo fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

II - definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

6.3. Antes da realização do recebimento definitivo, a Administração poderá realizar testes de funcionamento nos equipamentos entregues, com o objetivo de verificar a conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade, solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade pela perfeita execução do contrato.

6.6. No caso de controvérsia quanto à qualidade ou quantidade do objeto entregue, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

6.7. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30C (trinta) dias, por meio de ordem bancária, após o recebimento das notas fiscais pelo setor financeiro da Polícia Científica do Rio Grande do Norte, a contar da certificação de que o bem foi aceito, **salvo por atraso na liberação de recursos financeiros**.

6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - O prazo de validade;

II - Data da emissão;

III - Os dados do contrato e do órgão contratante;

- IV - O período respectivo de execução do contrato;
- V - O valor a pagar; e
- VI - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11. Nota fiscal eletrônica contendo a descrição dos produtos, quantidades, documentos de embarque, quando for o caso, preços unitários e o valor total, que deverá ser emitida em nome da Polícia Científica do RN, devendo constar, ainda, se houver, número de documento equivalente a contrato, e ser devidamente aceita e atestada pelo CONTRATANTE.

6.12. Nota fiscal eletrônica deverá ser enviada para o e-mail: financeiroitep@gmail.com, ou entregue junto com o produto no local estabelecido neste instrumento.

6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

FORMA DE PAGAMENTO

6.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

6.22. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento dos bens.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contados da data do **orçamento estimado (id. 40044877)**, qual seja a data em que os dados de pesquisa de preço foram juntados aos autos do processo de contratação, conforme art. 25, §7º, da Lei 14.133/21 e Manual de Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudências do TCU.

7.2. Após o interregno de um ano, **mediante a solicitação prévia do contratado**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. A escolha do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de reajuste para o contrato de aquisição de pneus fundamenta-se nos Arts. 6º, LVIII e 92, V, da Lei nº 14.133/2021, que assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. O IPCA reflete de forma ampla e confiável a variação de preços ao consumidor em âmbito nacional, sendo adequado para acompanhar as oscilações de custo do mercado de pneus, cuja cadeia de fornecimento está diretamente vinculada ao consumo. Além disso, a utilização do IPCA observa os princípios da economicidade e da razoabilidade, garantindo uma atualização justa e transparente dos valores contratuais.

7.3. **Caso o contratado não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ou ainda, seja celebrado aditamento para a prorrogação do prazo de vigência do contrato sem qualquer ressalva quanto à ulterior análise pela Administração do reajuste, ocorrerá a preclusão do direito, conforme Parecer nº 3/2023/DECOR/CGU/AGU.**

7.4. **Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajustamento quando este for requerido após a extinção do contrato.**

7.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.10. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme art. 136, I, da Lei 14.133/21.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, ou documento equivalente, e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas sem qualquer ônus para o Contratante.
- 9.16. Manter durante a vigência contratual informações atualizadas quanto ao endereço, razão social e contatos
- 9.17. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente Termo de Referência, bem como da sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.18. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no volume de serviços até o limite de 25% do valor inicial do contrato.
- 9.19. A contratada não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da contratante. a.
- 9.20. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.26. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.27. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.28. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Acerca da garantia contratual, a Lei 14.133/21 determina que:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

10.2. Não será exigida garantia de execução contratual, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com entrega única e baixo risco de inadimplemento, sendo suficientes as garantias legais e contratuais previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa:

I - moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;

II - moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5,0 %, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III - compensatória de 2% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. O não cumprimento das garantias técnicas, assistências e existência de representantes habilitados para cumprimento da garantia, ocasionarão uma multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

11.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para o Contratante;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente

definidos na referida lei, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões **resultantes de acordo celebrado entre as partes** contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado, na dotação abaixo discriminada:

Itens 01 a 06:

Orçamentária:	
Função:	06 - Segurança Pública
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	0301 - Segurança Pública: Cidadania, Inteligência, Gestão e Valorização dos Profissionais
Ação:	1033 - Aparelhamento e Informatização de Unidades do ITEP
Subação:	103301 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários
Fonte de Recurso:	0.5.00.000000 Recursos não vinculados de Impostos
Natureza da Despesa:	44.90.52.33 - Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto

Itens 07 a 10:

Unidade Orçamentária:	21131 - Fundo Técnico-Científico de Perícia - FUNTEP
Função:	06 - Segurança Pública
Subfunção:	122 - Administração Geral
Programa:	0100 - Programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado
Ação:	2404 - Manutenção e funcionamento
Subação:	240401 - Manutenção e funcionamento
Fonte de Recurso:	0.5.00.000000 Recursos não vinculados de Impostos
Natureza da Despesa:	33.9.0.30.17 - Material de Processamento de Dados

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO

17.1. É efeito o Foro de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Natal, na data da assinatura eletrônica.

MARCOS JOSÉ BRANDÃO GUIMARÃES
Diretor-Geral
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDILENE DA CRUZ BEZERRA, Auxiliar Administrativo**, em 26/03/2026, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victoria Maria de Almeida Santos Cedraz, Agente Técnico Forense**, em 26/03/2026, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40243728** e o código CRC **155121F7**.

